

**GUILHERME BERTI DE LIMA**

## **Trabalho e Construção**

Substituição técnica e trabalho na construção civil em São  
Paulo, 1850-1890.

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em História Social sob orientação da Profª Drª Maria Odila Leite Silva Dias.

**PUC-SP**

**São Paulo**

**2010**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## **Comissão Examinadora**

---

---

---

## **Resumo**

O presente estudo tem o objetivo de compreender melhor a historicidade do processo de urbanização da cidade de São Paulo, tendo como base as alterações arquitetônicas e a experiência de trabalhadores da construção civil envolvidos neste processo.

Neste sentido, a abordagem histórica da substituição da técnica arquitetônica, bem como os tipos de trabalhadores empregados pode nos revelar o cotidiano de sujeitos pouco presentes na historiografia tradicional.

## **Abstract**

This study is intended to understand better the historicity of the urbanization process in the city of São Paulo, based on architectonic alterations and the workmen experience in the civil construction involved in the process.

The historical approach of the architectonic technique, as well as the kind of workmen used can tell us the quotidian of these people rarely presented by the traditional historiography.

## **Agradecimentos**

Ao Capes, pela bolsa de estudos. À Profª Drª Maria Odila L. da S. Dias, pela orientação. Aos professores e funcionários do Programa de Estudos Pós-graduados em História das PUC-SP que me acompanham desde a graduação. Aos meus pais e irmã. Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”. Aos colegas Pedro, Marcelo e Juliana pelo suporte nos momentos difíceis.

## Sumário

Introdução.....	8
Capítulo I - Trabalho e reconfiguração demográfica em São Paulo.....	13
Capítulo II - A arquitetura tradicional paulista: Permanências e Rupturas.....	26
Capítulo III - Trabalho e Técnica na Cidade.....	39
Considerações Finais.....	72
Anexo.....	73
Fontes.....	97
Bibliografia.....	102

## **Fotografias**

Figura 1 – de Militão Augusto de Azevedo – Igreja do Rosário dos Homens Pretos em 1862.....	40
Figura 2 – de Militão Augusto de Azevedo – Paredão do Piques em 1862/63.....	43
Figura 3 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua São Bento em 1862/63.....	47
Figura 4 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua Direita em 1862/63.....	52
Figura 5 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua de Santa Thereza em 1862/63.....	54
Figura 6 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua do Carmo em 1862/63.....	57
Figura 7 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua das Casinhas em 1862/63.....	59
Figura 8 – de Militão Augusto de Azevedo – Igreja de São Francisco e Academia em 1862/63.....	65
Figura 9 – de Militão Augusto de Azevedo – Rua da Esperança em 1862/63.....	70



## Introdução

Este trabalho tem por objetivo identificar de que forma ocorreu a desconstrução da cultura tradicional paulista, observando o gradual desuso da técnica secular, taipa de pilão, em favor das construções de alvenaria, como materialização de desejos e interesses da elite administrativa e das elites capitalizadas. Embora as origens das construções em terra remontem a um longo passado, a taipa de pilão ficou caracterizada como técnica particular do Planalto Paulista, cuja influência acompanha o nomadismo do povo paulista.

Desse modo, é conveniente pensarmos também nas razões pelas quais o tijolo foi eleito técnica construtiva preferencial pela municipalidade e pelas elites capitalizadas da cidade, enquanto para taipa-de-pilão foram atribuídos conceitos de insalubridade e precariedade, desqualificando-a, não apenas enquanto técnica construtiva, mas também como prática específica e expressão das relações estabelecidas, por sua vez, constantemente alteradas no uso cotidiano durante séculos em São Paulo.

A importância em remontar a “demolição” da vila de São Paulo, para o surgimento da metrópole, nos remete à reflexão do viver em metrópole, do significado do papel histórico dos diversos indivíduos que compõem o cenário urbano e, mais profundamente, podem nos revelar que a organização atual de das cidades encontra-se assentada na negação e desqualificação de formas específicas de sociabilidade, proporcionando, assim, um novo olhar sobre as contradições existentes no dia a dia desta complexa metrópole. O sociólogo Paulo César X. Pereira afirma que “*demolir para depois reconstruir mais do que a necessidade urbana de função material da cidade significou inventar / construir uma nova representação social dos interesses políticos e econômicos emergentes*”<sup>1</sup>.

Assim, em um ritmo lento, mas intenso e constante, o antigo entreposto de muares foi se integrando ao capitalismo industrial, ao passo que a tradicional identidade da cultura sertanista se perdeu com o erguer dos muros da Capital do Café.

---

<sup>1</sup>Pereira, Paulo César Xavier. *A modernização de São Paulo no final do século XIX- da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolo*. impresso s/p.

A escolha do ano de 1850 como baliza temporal para esse estudo, deveu-se, também, aos relatos e registros sobre as freqüentes enchentes em São Paulo, e, em especial, aquela chuva torrencial do dia 1º de janeiro de 1850, que causou o transbordamento dos tanques para os lados do bairro Bexiga. O arquiteto Eudes Campos afirma que nesta data “*um terrível temporal desabou sobre a cidade de São Paulo e o saldo da enchente que a ele se seguiu deixou deveras inquietos os habitantes: além de três mortes caiu a ponte da Abdicação, ou do Acú, bela construção de pedra de autoria do brigadeiro Muller, datada de 1809, e varias casas de taipa.*”<sup>2</sup>.

Os prejuízos ocasionados por essa enchente e as medidas tomadas pela edilidade foram de importância decisiva para a alteração na forma como a cidade passou a ser edificada. A reconstrução provisória da ponte do Acú embora tenha sido anunciada<sup>3</sup> pela Câmara no dia seguinte à fatídica noite, foi definitivamente reerguida entre os anos de 1851 e 1852. O projeto desta reconstrução foi do engenheiro francês Achille Martin d’Estadens, resultando na mais ambiciosa construção de tijolos já executada na capital:

*“Sessão Ordinária de 22 de 9bro. de 1851  
(...) O abaixo assignado desejando faser esta obra com toda segurança, possivel, no cazo de arrematar a ponte, propoem da? executar a aboboda com tijolos de Hamburgo recosidos, ou com tijolos de igual qualide. q. em um forno, de construção particular, elle mesmo mandará recoser, certo de que, com tijolos q. se fabricão hoje aqui não se pode construir um arco baixo, como está na planta, capas de sustentar ao imenso pezo q. elle ade sustentar, obrigando-me a prestar fiança se for necessario. S.P. 20 de 9bro de 1850. A. E. de Estadem”<sup>4</sup>*

A definição da temporalidade deste estudo leva em consideração as alterações das posturas municipais referentes aos padrões para edificar e ao uso do espaço público. É conveniente lembrar que do ponto de vista prático, as posturas eram ineficientes devido à pertinaz desobediência da população. Um olhar mais atento nos mostra, ao menos, os anseios da administração e das elites da cidade.

---

<sup>2</sup> Campos, Eudes. *Arquitetura Paulista sob o Império*. Tese de Doutorado – USP, s/ data.

<sup>3</sup> Atas da Câmara da Cidade de São Paulo 1850 – 1851. “*Sessão extraordinária. Aos 2 de junho de 1850 Presidência do Exmo. Sr. Brigadro Moraes e Abreu Do. do Fiscal da cde. Com data de hoje: comunicando 1º ser necessario fazer uma ponte provisória pa. passagem na Ponte do Acú que se acha destruída pela inundaçãõ da noite do dia atecede. e cercos de madeira no aterrado para por emqto impedir que algum pr. ali pretenda passar*” . Note que neste trecho aparece a menção da tragédia do dia 1º, este incidente será posteriormente lembrado como a Grande Enchente de 1850.

<sup>4</sup> Atas da Câmara da Cidade de São Paulo 1850 – 1851.

O estudo do processo de desuso da taipa-de-pilão e suas conseqüências para a vida dos moradores em São Paulo parte de algumas questões. Conforme já mencionado, o uso da taipa-de-pilão e a ocupação territorial do Planalto Paulista estavam endemicamente ligados. Antônio Candido ao analisar a formação da sociabilidade e práticas correntes no município de Bofete, vale do Paraíba nos diz que “*a vida social do caipira assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades.*”<sup>5</sup> Embora o estudo de Candido seja extremamente particular, ele nos revela alguns traços da cultura paulista.

O isolamento das Terras Altas e as limitações materiais levaram os primeiros colonos a se adaptarem à condição imposta pela realidade geográfica e econômica, originando uma situação de improvisação, fruto da necessidade de sobreviver e subsistir frente às condições adversas, *ele diz que “a combinação dos traços culturais indígenas e portugueses obedeceu ao ritmo nômade do bandeirante e do povoador”*<sup>6</sup>.

Diversos elementos dessa cultura foram evidenciados nos trabalhos de Alcântara Machado, Silva Bruno e outros. Dentre tais elementos julgo conveniente citar a dieta com base na pequena lavoura e na caça de animais (como cotia e capivara), o uso da chamada Língua Geral na comunicação cotidiana e o emprego da terra vermelha, massapé, como elemento fundamental para a construção de edifícios.

O resultado desta combinação criou uma cultura peculiar e singular, que sobrevive “*conservando a característica de uma economia largamente permeada pelas práticas de presa e coleta, cuja estrutura instável dependia da habilidade dos indivíduos e dos grupos.*”<sup>13</sup>. No entanto, a partir do segundo quartel do século XIX, intensificando-se depois de 1850, é possível encontrar nas Atas da Câmara e no Código de Posturas Municipais uma preocupação com a taipa e maneira de se construir, assunto que afligia as elites paulistas e que permearam as ações das administrações públicas subseqüentes:

---

<sup>5</sup> Candido, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 3º ed, 1975 , p. 37.

<sup>6</sup> Candido, Antonio. *Ibidem*

<sup>13</sup> Candido, Antonio. *Ibidem*.

*“(...) o espírito de progresso já começa a desenvolver-se, as associações trabalham em projectos; os melhoramentos materiaes são com urgencia reclamados, porque sem elles não há civilização nem riquezas; e grandiosa idéa de innovações já começa a espalhar seus beneficos resultados”<sup>14</sup>.*

Ao reclamar por “*melhoramentos materiaes*”, as novas elites paulistas começaram a erguer obstáculos às condições de sobrevivência de taapeiros, personagens peculiares da cidade paulistana<sup>15</sup>. Assim, este estudo se propõe a análise dos agentes envolvidos na construção e desconstrução da cidade: de um lado, o poder público e as novas elites da cidade e do outro, a figura do taapeiro e de suas práticas tradicionais .

A primeira parte deste estudo – Remodelação Urbana e Trabalho – desenvolve-se a partir da recuperação de alguns dados que nos permitem compreender de maneira crítica o projeto modernizador da cidade. Seguindo em dois capítulos, que se complementam, esta etapa de abertura procura visualizar a urbanização de São Paulo sob a ótica dos trabalhadores da construção civil, remontando a configuração demográfica dessa classe, bem como, de que forma as alterações na maneira de se edificar contribuíram para o alinhamento dos desejos e anseios sócio-econômico de uma elite que paulatinamente capitalizava-se agravando a vida dos setores mais pobres e as contradições sociais existentes nesse período.

Aqui procuramos delimitar a composição demográfica dos construtores (taapeiros) enfatizando a heterogeneidade desse ofício e elucidando uma memória que, aos poucos, foi sendo suplantada na mesma medida que a cidade expandia seus limites.

O capítulo II é um estudo envolvendo a técnica utilizada para edificar-se na cidade de São Paulo, em que tentamos problematizar a longa duração do uso da taipa e seu desuso; partindo dos primórdios da ocupação jesuítica no Planalto Paulista, passando pela criação de legislação que impunha a padronização das construções na cidade e chegando à gradativa superação dos padrões arquitetônicos. Desse modo, esta etapa do estudo pretende visualizar as continuidades e rupturas do uso da técnica de taipa-de-pilão, evidenciando a negação de uma cultura que se tornava um obstáculo para os projetos políticos e intelectuais de certa parcela da população aqui residente.

---

<sup>14</sup> Atas do Conselho da Presidência, 1824-1829.

<sup>15</sup> Ver Marins, Paulo Cezar Garcez. *Através da Rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, século XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 43.

No capítulo III – Trabalho e Técnica na Cidade –, a narrativa avança no sentido de elucidar as redes de trabalho e os sujeitos envolvidos na edificação da cidade. Em meio ao processo de reestruturação no modo de se construir, esta etapa do estudo pretende documentar sujeitos e personagens que nos evidenciam as tensões e o comportamento das elites neste território em mutação.

Tendo como base a leitura minuciosa de ordens de pagamentos de serviços prestados à Câmara Municipal, salta-nos aos olhos uma classe heterogênea, onde não raras vezes visualizamos a coexistência entre o trabalho escravo e assalariado, entre o elemento estrangeiro e o nacional pobre, nos evidenciando, assim, formas peculiares de relações e maneiras singulares de existência. Assim, pudemos desenvolver dados estatísticos referentes às diferenças de salários, à divisão social do trabalho, custos de materiais, nacionalidades e funções de cada sujeito.

Dessa maneira este estudo pretende estabelecer uma via de diálogo com sujeitos a muito esquecidos, numa cidade que à medida que crescia em tamanho e relevância econômica via os distanciamentos sociais acentuarem-se e trajetórias de vida esquecidas.

## Capítulo I

### Trabalho e reconfiguração demográfica em São Paulo

Nossa jornada tem início na tentativa de perceber a presença dos trabalhadores que compuseram a força de trabalho da construção civil na cidade de São Paulo ao longo dos últimos cinquenta anos do século XIX.

Buscar reminiscências que indiquem rastros de trajetórias e experiências de vida, trazer à tona lembranças de sujeitos que vivenciaram o enriquecimento e modernização da metrópole ao mesmo passo que encontravam-se condicionados à reinventar um cotidiano permeado por discontinuidades e carências, permitir que as vozes encontradas sob os escombros do progresso ecoem hoje aos nossos ouvidos revelando um cenário onde pobreza e miséria aumentavam ao mesmo tempo que grandes fortunas foram se formando.

Nesta etapa, partiremos em busca de respostas que nos possibilitem clarificar o universo dos construtores paulistanos. Algumas questões orientaram nossa busca. Entender a dinâmica do mercado de trabalho nesta São Paulo que, passo a passo, ganhava expressão econômica e tornava-se pólo aglutinador de mão de obra pode nos revelar algumas pistas que nos levem a visualizar melhor nosso sujeito. Em seguida, o desafio é decifrar qual o local ocupado por estes trabalhadores na sociedade paulistana, tendo em vista as profundas estratificações e contradições que forçaram a grande parte da população pobre paulistana a encontrar meios alternativos de subsistência. Este estudo prossegue na tentativa de compreender a composição desta categoria de trabalho, levando em conta a heterogeneidade dos indivíduos envolvidos no processo de (re) construção da cidade. Nosso intuito aqui é definir o espaço de atuação destes trabalhadores, acompanhar os desafios que envolvem o cotidiano da construção em São Paulo e, acima de tudo, compreender o processo de edificação da Metrópole do ponto de vista dos construtores, aqueles que tiveram a responsabilidade de executar os projetos de uma elite que tentava a todo custo alterar a imagem de si própria.

Ao investigarmos as reformas e construções realizadas na cidade, a partir de 1850, pudemos nos familiarizar com os agentes envolvidos, sobretudo, nas obras públicas. No entanto, as informações rarefeitas e pouco precisas nos delegaram uma difícil tarefa, pois ao tentarmos resgatar a memória dos sujeitos envolvidos no cenário da construção civil em São Paulo esbarramos na escassez de informação<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Santos, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza, 1890-1915*. 3ª Edição, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008 p.38

O silêncio emitido por nossos personagens pode nos levar a crer que a tentativa da elite paulistana, em simbiose com a municipalidade, de negar ou sobrepor-se à existência e à presença de população pobre e miserável, composta por estrangeiros e nacionais despossuídos, pardos, negros libertos, escravos e ex-escravos, no Triângulo Central, teve seu sucesso atingido. O historiador deve estar atento aos ensinamentos dos mestres mais antigos e mais experientes e, por essa razão, devemos fazer uso do nosso dom de reanimar as esperanças dos vencidos e, mais do que isso, reafirmar que os bens culturais que hoje se encontram solidamente erguidos, podem ser encarados como os espólios da barbárie dos vencedores de outrora<sup>17</sup>.

Na tentativa de percebermos a presença de nossos sujeitos, os taipeiros, teremos o amparo de colegas, que por vias mais ou menos semelhantes, também tentaram despertar as vozes emudecidas pelo progresso.

A estrutura do mercado trabalho a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas finais, possui como característica a presença acentuada e o aumento de pequenas ocupações autônomas e informais. A dificuldade na visualização, tanto das ocupações como dos sujeitos envolvidos, ocorre, pois os trabalhos ocasionais desempenhados nos tempos de estagnação ou expansão econômica praticamente não são mencionados nas classificações formais destinadas aos tipos de ofícios exercidos em São Paulo. Embora a grande maioria dos trabalhadores pobres da cidade tenha subsistido trabalhando por conta própria, em ocupações não-institucionalizadas, é praticamente impossível chegarmos a números que nos traduzam com precisão essas atividades. Diversas vezes os trabalhadores ocasionais foram taxados como mendigos e vadios, por conta de seus parcos rendimentos e aparência miserável, enquanto parte da população reclamava da presença desses semi-nômades que, em busca de trabalho, levantavam a desconfiança e intolerância dos moradores das regiões pelas quais transitavam. Parece muito provável que muitos indivíduos tidos como vagabundos e que acabaram presos por vadiagem fossem apenas trabalhadores à procura de serviço.

Por viver uma súbita alteração em suas estruturas econômicas, a cidade de São Paulo não conseguiu absorver em trabalhos fixos e formais a população desempregada, gerando, assim, a multiplicação da ocupação casual. Em tempos normais e até mesmo nos auge de prosperidade econômica, o emprego fixo no comércio e na indústria existia

---

<sup>17</sup> Benjamin, Walter. Sobre o conceito de história In *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1994.



para um número restrito de trabalhadores, impelindo o restante a buscarem formas marginais de subsistência, como o trabalho por conta própria e ocasional.

Uma larga gama de trabalhadores pobres, tendo alguma habilidade pessoal, voltava-se a ofícios itinerantes, ligados à execução de pequenos serviços de manutenção e reparos. Nos surtos de desemprego no setor da construção civil, inúmeros pedreiros que haviam perdido suas ocupações fixas, saíam às ruas para, de porta em porta, oferecerem seus serviços a preços muito abaixo dos comumente pedidos. Procurar formas alternativas de conseguir a subsistência, saindo às ruas oferecendo serviços, representava a tentativa de superar uma condição de extrema miséria condicionada pela escassez crônica de emprego na cidade. Os trabalhadores especializados nas tarefas de manutenção e consertos possuíam rendimentos instáveis e sujeitos à casualidade, onde qualquer decréscimo mais acentuado em seus ganhos diários representava sérias privações na mesa de suas famílias.

De acordo com a documentação levantada e analisada, pude concluir que o taipeiro, ou o construtor, nesse período além de não possuir um ofício fixo, vivia como jornaleiro, ou seja, seus rendimentos eram condicionados pelo trabalho desempenhado esparsamente no dia-a-dia.

Quanto aos salários e à heterogeneidade dessa classe de trabalhadores, analisaremos com mais afinco no segundo capítulo deste estudo, por ora resta-nos decifrar qual o local ocupado por esses atores sociais em uma sociedade, sabidamente, estratificada, carregada de preconceitos e distanciamentos sociais.

É importante salientar que o cerne da estratificação do poder em São Paulo estava concentrado, sobretudo, na divisão do trabalho, em que, muitas vezes, a mão-de-obra escrava deveria competir com o trabalhador livre, nacional ou estrangeiro, ao passo que estes enfrentavam a relutância da nova elite capitalizada em contratar escravos libertos e caipiras.

Do ponto de vista econômico, a cidade de São Paulo apresentava um modelo produtivo fechado sem possibilidades de novos acessos e tampouco de aberturas de novos mercados. O resultado de tais características forçou à grande parte da população lutar por postos de trabalho com sua escravaria de aluguel, culminando numa situação precária, cujo subemprego, ocupações flutuantes e salários rarefeitos tornaram-se a via de regra de grande parte da população paulistana.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Campos, Alzira Lobo de Arruda. População e Sociedade em São Paulo no século XIX In História da cidade de São Paulo: A cidade no Império, 1823-1889, vol. 2. São Pulo: Paz e Terra, 2004. p. 39-41

O século XIX, principalmente a última década, assistiu ao aumento vertiginoso no número de fábricas e indústrias, sobretudo as têxteis que tinham como base a obrigação de cobrir os corpos de uma população que crescia num ritmo acelerado, jamais visto na região Planaltina. No entanto, outros setores também expandiam ou eram criados, como: fábricas de papel, cal, cerâmica, cervejas, além de móveis e serrarias<sup>19</sup>.

O aumento do setor industrial na cidade, além de trazer um avanço econômico, trazia consigo o crescimento de uma categoria, até então, diminuta por essas bandas: o operariado. De maneira geral os operários paulistas eram imigrantes estrangeiros, geralmente solteiros, que utilizavam o trabalho fabril como trampolim, rumo a uma suposta ascensão econômica e social. Esse processo seguiu uma lógica bastante comum a qual consistia no acúmulo de quantia suficiente para a compra de um pequeno terreno, que era rapidamente hipotecado, na intenção de fornecer meios para edificar a moradia. Muitas vezes a hipoteca era reformada no intuito de adquirirem o capital necessário para o desenvolvimento de suas oficinas.<sup>20</sup>

É notório que ao longo da segunda metade do século XIX, sobretudo nas décadas de 80 e noventa, a mão-de-obra paulistana, composta por ex-escravos e nacionais pobres, foi sendo paulatinamente marginalizada e destituída de qualificação ao trabalho regular. Como observa Carlos José Ferreira dos Santos, houve a intenção, por parte de grupos ligados ao poder, de acentuar uma imagem depreciativa aos nacionais despossuídos, justificando as condições de vida em que se encontravam, desqualificando seus modos de viver, excluindo-os e, por fim, adotando práticas repressivas contra a presença desses sujeitos. É necessário afirmarmos que a pobreza em si não era o que incomodava os setores da elite paulistana, mas sim, a pobreza vinculada a práticas fora dos padrões desejados – a embriaguez, a indolência e a insubmissão a um serviço regrado. Tais comportamentos, costumeiramente atribuídos à parcela dos nacionais pobres, nos sugerem a incompatibilidade desses sujeitos aos padrões desejados para o que deveria ser o trabalhador ideal.

Nesse sentido os olhares voltaram-se àqueles que deveriam personificar o modelo pretendido: o imigrante europeu<sup>21</sup>. O trabalhador europeu passava a ser

---

<sup>19</sup> Raffard, Henrique. Alguns dias na Paulicéia. São Paulo, Biblioteca da Academia Paulista de Letras, v. 4, 1977.

<sup>20</sup> Ibidem

<sup>21</sup> Santos, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e Pobreza, 1890-1915. 3ª Edição, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008. p. 47

encarado como aquele que poderia “melhor representar o espírito do trabalho intenso, formador de indivíduos honrados, honestos, moralizados e, conseqüentemente, ‘civilizados’, por virem de um mundo a ser imitado.”<sup>22</sup> Ao analisarmos os números levantados por Santos, fica clara a ausência de nacionais em setores julgados fundamentais ao avanço sócio-econômico de uma metrópole “moderna”.

#### Distribuição das atividades por nacionalidade na cidade de São Paulo em 1893<sup>23</sup>

Atividades	Nacionais	Estrangeiros	Totais
Transporte e conexos	1.998 – 18,98%	8.527 – 81,02%	10.525
Artísticas	1.481 – 14,46%	8.760 – 85,54%	10.241
Comerciais	2.680 – 28,34%	6.776 – 71,66%	9.456
Manufatureiras	774 – 21,11%	2.893 – 78,89%	3.667
Totais	6.933 – 20,46%	26.956 – 79,54%	33.889

Embora o período de nosso estudo não incorpore o século XX, podemos, por meio destes números, inferir acerca das práticas que orientaram a absorção da mão-de-obra na indústria paulistana ainda no século XIX. O quadro seguinte, proposto por Santos, nos deixa ainda mais evidente a preferência ao imigrante para ocupar os postos de trabalho oferecidos pela indústria. Esta tabela contabiliza o numero de trabalhadores incorporados pela indústria têxtil no ano de 1911, divididos em função de sua nacionalidade.

#### Trabalhadores por nacionalidade nas industrias têxteis de São Paulo<sup>24</sup>

Nacionalidades	Trabalhadores	Percentual
Italianos	6.044	59,23%
Portugueses	824	8,07%
Espanhóis	338	3,31%
Sírios	210	2,06%
Alemães	50	0,49%
Japoneses	13	0,13%

<sup>22</sup> Op.cit p.60.

<sup>23</sup> Op. Cit p.48

<sup>24</sup> Op. cit p. 49

Suíços	7	0,07%
Ingleses	4	0,04%
Franceses	3	0,03%
Austríacos	3	0,03%
Argentinos	3	0,03%
Total/Estrangeiros	7.499	73,49%
Nacionais	1.843	18,06%
Ignorada	862	8,45%
TOTAL	10.204	100,00%

Sublinhando a tendência do patronato paulistano, o autor observa que em algumas fábricas o trabalhador nacional sequer era empregado e em outras os chamados “imigrantes empresários”, em seus estabelecimentos, priorizavam a mão-de-obra imigrante, preferencialmente seus compatriotas.<sup>25</sup>

A faixa da população despossuída, que em sua grande parte encontrava-se fora dos espaços do trabalho formal, precisava ser desqualificada socialmente, ou seja, marginalizada, excluída e, até mesmo, afastada da cidade que tentava se europeizar. Por outro lado, esta população cotidianamente inventava e re-inventava práticas de existências alternativas, representavam-se culturalmente e relacionavam-se com a ordem que se tentava construir, sendo freqüentemente apontados como a antítese de tudo aquilo que se buscava

Por outro lado, ao passo que a elite capitalizada da capital paulista fomentava a adoção da mão-de-obra imigrante e a concentração populacional da cidade ascendia vertiginosamente, o aumento da pobreza e miséria também crescia. Devido a posição estratégica como pólo aglutinador de força de trabalho barata para a cafeicultura, São Paulo conviveu com os desdobramentos da política imigrantista da burguesia do Oeste Paulista, traduzida pela grande oferta de braços, formada por um enorme contingente de estrangeiros que, não raras as vezes, contribuíam para o aumento do subemprego e do desemprego sazonal. A capital passava, assim, a concentrar um exército de imigrantes desempregados ou semi-empregados que, fruto dos movimentos imigratórios não encontrava trabalho na lavoura e dirigiam-se a São Paulo. A cidade exercia um fascínio sobre os colonos, que viam no desenvolvimento da capital e da economia urbana uma

---

<sup>25</sup> Op.cit p. 51

perspectiva de maiores ganhos e ascensão econômica e por essa razão São Paulo recebia periodicamente um alto número de população estrangeira recém saída da zona rural. Já em 1874, ocorria grande mobilidade de colonos que deixavam as fazendas da monocultura cafeeira e dirigiam-se à cidade. O êxodo agrícola em direção à São Paulo, que se observava principalmente nos períodos inter-safra e nas crises do café, era caracterizada por uma massa de miseráveis que haviam sido repelidos do campo em situação de extrema pobreza. Os repentinos processos migratórios de trabalhadores rurais rumo a metrópole, geralmente transpunha a pobreza das áreas rurais para a cidade, formando uma grande quantidade de mão-de-obra ociosa, onde trabalhadores ocupavam empregos temporários e instáveis ligados a informalidade, ofícios flutuantes, vendedores ambulantes ou à mendicância<sup>26</sup>.

Outro fator que contribuiu para o agravamento da pobreza e miséria e a concentração do desemprego na cidade refere-se à dificuldade do acesso à terra, sobretudo após 1890 quando a lei de terras de 1850, passou a ser implementada. Esta medida, além de transformar a terra em mercadoria, obrigava que novos proprietários fossem previamente capitalizados, portanto impedia que a massa de imigrantes realizasse o projeto de tornarem-se pequenos produtores rurais. Sem mencionar que esta lei acentuava o movimento migratório e a fixação deste excedente de mão-de-obra na metrópole paulistana, mas acima de tudo, a política governamental em convergência com os interesses da monocultura de exportação criou as condições necessárias para que o imigrante se estabelecesse como trabalhador assalariado na lavoura cafeeira e não como pequeno detentor da posse da terra. No entanto, a super oferta de trabalhadores, as dificuldades ao acesso à terra e as crises da lavoura não traduziam um estímulo ao imigrante à fixar-se no campo, passando São Paulo a ser a opção daqueles que buscavam novas perspectivas de sobrevivência.

A expansão das atividades produtivas, ocorridas na última década do século XIX na metrópole paulistana, não foi suficiente para absorver a massa de trabalhadores estrangeiros que aqui se estabelecia e acumulava-se. As enormes limitações, as possibilidades de emprego, a instabilidade e as flutuações dos empreendimentos econômicos ocasionou um movimento contínuo do trabalhador pobre, “ do campo para os núcleos adjacentes, da cidade para a agricultura, de uma fazenda para outra e das

---

<sup>26</sup> Pinto, Maria Inez M. Borges. Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, Edusp, 1994. p. 35-63

idades menores para maiores, principalmente para a capital do Estado, em busca de alguma oportunidade de trabalho.”<sup>27</sup>

Vale mencionar as inúmeras necessidades que a população enfrentava, a desorganização latente no abastecimento de gêneros de primeira necessidade, cujo problema agravou-se ainda mais com o crescimento demográfico vertiginoso, o qual a última década do século XIX pode testemunhar. Apesar de os pequenos produtores, situados nos arredores da cidade, continuamente dirigirem-se com suas mulas e carroças carregadas, rumo ao antigo Mercado para, em pequenas barraquinhas, oferecerem seus produtos ou, até mesmo, as afamadas quitandeiras da rua das Casinhas, que expunham “verduras, legumes, frutas, leite, aves e ovos (...) à venda no passeio”<sup>28</sup>, e, também, inúmeros vendedores ambulantes que, de porta em porta, levavam seus gêneros à quem interessasse, tudo isso, coexistiam com as tentativas de modernização do sistema de abastecimento. Em 1897 a cidade contava com três Mercados distintos: o do Brás, o Mercado de São João e o Mercado Municipal da rua Vinte e Cinco de Março<sup>29</sup>, também conhecido como mercado dos caipiras e que tinha em sua frente o mercado dos peixes, reformado em 1906.

As olarias, lojas, fábricas e oficinas de carpintaria e serralheria forneciam às elites e aos setores médios da população o material necessário para a edificação de sobrados que, paulatinamente, entre 1875 e 1895, começaram a invadir a paisagem das colinas. No ano de 1857, a cidade contava com nove pequenas fábricas de tijolos e telhas, no entanto a técnica de edificar-se em alvenaria era praticamente desconhecida em São Paulo; o tijolo era utilizado apenas para ladrilhar. A primeira grande indústria de tijolos na cidade data do ano de 1859 e localizava-se no bairro Bom Retiro, contudo ainda não possuía autonomia suficiente para abastecer o mercado paulistano. A escassez deste material delegou que grandes construções, como a sede do Seminário Episcopal (de 1855 a 1860) ou, ainda, residências de ilustres moradores – como as irmãs Rendon – fossem edificadas tendo como base, o já conhecido e vastamente utilizado, sistema de taipa-de-pilão.<sup>30</sup>

Ao realizar uma ampla pesquisa sobre os setores médios da população paulistana, a historiadora Doutora Maria Luiza F. de Oliveira analisou, exaustivamente,

---

<sup>27</sup> Pinto, Maria Inez M. Borges. *Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914*. São Paulo, Edusp, 1994. p.61

<sup>28</sup> MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554 a 1910*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p. 139.

<sup>29</sup> *Ibidem*

<sup>30</sup> Bruno, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. Vol II p. 473-474

centenas de processos de inventários nos mais diversos níveis da sociedade oitocentista na cidade de São Paulo. Embora a amplitude de seu trabalho tenha atingido níveis de rara capacidade e sensibilidade historiográfica, em nosso estudo nos debruçaremos sobre a tabela que representa os diversos níveis de riqueza presentes na Paulicéia. O quadro abaixo representa a divisão elaborada por Oliveira e tem como base cento e quarenta e seis inventários de órfãos.<sup>31</sup>

Grupos de Riqueza do primeiro período (1874 -1882)<sup>32</sup>

Grupo	Valores	inventários	%	Fortuna total	%
1	Até 2:499\$000	32	21,9	40:149\$004	1,1
2	De 2:500\$000 até 10:400\$000	49	33,5	298:724\$204	8,2
3	De 10:401\$000 até 40:000\$000	34	23,3	716:712\$108	19,7
4	De 40:001\$000 até 90:000\$000	21	14,3	1.159:299\$844	32,0
5	De 90:001\$000 até 220:000\$000	10	6,8	1.405:299\$844	38,8
	Total	146	100,0	3.620:365\$447	100,0

Segundo a pesquisadora, a divisão da população em grupos de riqueza nos auxilia a compreensão das variadas maneiras de se viver em São Paulo, nesta segunda metade do século XIX, de acordo com o nível na escala social. O grupo que aqui nos interessa é, justamente, o grupo um. Oliveira reuniu nesse grupo famílias em que a característica mais marcante é, precisamente, a instabilidade social, aproximando, assim, de nosso sujeito.

Oliveira prossegue nos apresentando com seus esclarecimentos sobre tal grupo de riqueza, afirmando que estes “pequenos negociantes, prestadores de serviço, os ‘artistas’ que trabalhavam nas oficinas da Inglesa, os ferreiros e os serralheiros” pertenciam, geralmente, a famílias que viviam um processo de empobrecimento e, por conta disso, encontravam-se envolvidas em altas dívidas.<sup>33</sup> Desse modo, podemos sugerir que os construtores também comungam de tais características, refinando, assim, nossa empreitada em busca desses sujeitos tão comuns, mas, ao mesmo tempo, tão raros na documentação produzida naquela Paulicéia em efervescência que se pretendia livre da negritude e do empobrecimento, vinculados a um modelo que se queria negar.

<sup>31</sup> Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. *Relações Sociais e experiências da Urbanização, São Paulo 1870-1900*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, p.72

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 72

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 63

A continuidade de nossa investigação avança lançando o olhar sobre a presença do elemento negro na cidade seja ele escravo ou liberto, uma vez que, de acordo com a documentação consultada, a presença de negros ao lado de nacionais e estrangeiros é uma constante. É justamente por essa junção heterogênea que nossa busca, muitas vezes, coincidirá com o paralelo entre negros escravos e libertos, nacionais despossuídos os, vulgarmente denominados, caipiras, sem esquecer-se dos estrangeiros, que também compõem este cenário.

Ainda seguindo o estudo elaborado por Oliveira, nos deparamos com um total de cento e noventa e cinco escravos dos quais obtive informações relevantes, A autora afirma que a faixa etária que mais abarcava estes inventários era composta por jovens e adultos, dos quatorze aos quarenta anos.

Nos inventários analisados, a predominância das profissões reside nos ofícios domésticos, um total de 70,6% dos inventários pesquisados. Nessa categoria estão presentes profissionais encarregados dos serviços dentro das casas de famílias, desempenhando atividades como: copeiro, servente, cozinheira (o), mucama, pajem, delimitando, assim, uma organização estrutural voltada para a vida social.<sup>34</sup> No outro extremo, foram sugeridas duas categorias que contemplam os ofícios próximos ao universo da casa e os mais distantes, sendo estes, os que, aqui, nos interessam.

Nas categoriais que se distanciam do universo doméstico, foram classificadas atividades como os caldeireiros, carpinteiros, padeiros, pedreiros, serventes de açougue, alfaiates, quitandeiras, mecânicos, trabalhadores de lavoura e roça, e, por ultimo, braçais, um total de dezesseis indivíduos<sup>35</sup>. Dentro desta categoria, esses escravos, na maior parte dos casos, eram treinados por seus proprietários para servirem de auxiliares em seus negócios. Encontramos também os escravos que possuíam uma inclinação maior para serem alugados ou apresentarem-se como escravos de ganho, por exemplo: a quitandeira, o carpinteiro e o pedreiro. Geralmente, os escravos de ganho apresentavam um alto grau de especialização. Esta informação fornecida por Doutora Maria Luiza coincide com diversas ordens de pagamentos que analisamos, como esta que nos informa o seguinte:

“Servente Joaquim, Escravo do Capitão João Maria, Barão de Iguape – dia e meio a \$400 - \$600”<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Ibidem p.91

<sup>35</sup> Ibidem

<sup>36</sup> Papéis Avulsos, AMWL.



No exemplo apresentado acima, o dito escravo Joaquim fora alugado à Câmara Municipal para executar serviços de reparo e conservação, mas é interessante observar que na mesma nota de serviços prestados apareciam, também, homens livres e estrangeiros, uns como encarregados da obra, outros como serventes, assim como o nosso escravo Joaquim. Tal episódio era constantemente repetido nas ordens de pagamento emitidas pela edilidade, nos forçando a crer que tais serviços possuíam uma natureza diversificada, em que engenheiros europeus conviviam com nacionais livres, negros libertos, escravos de ganho e, até mesmo, como veremos no capítulo seguinte, presos cumprindo prestações de serviços públicos. Esses fatos nos sugerem que, apesar de nos depararmos com uma sociedade altamente estratificada, as contradições sociais eram cotidianamente visualizadas e reinterpretadas de acordo com as circunstâncias vividas pelos atores envolvidos.

Podemos afirmar que é tarefa muito dura conseguir visualizar de maneira singular a figura do construtor. No entanto, os estudos que abordam a questão da pobreza e trabalho nos setores menos privilegiados da cidade, nos permitem afirmar que a complexidade em que o mercado de trabalho da construção civil estava envolto, possibilitou a convivência de sujeitos plurais. Os trabalhadores, taipeiros/pedreiros, que prestavam seus serviços à Municipalidade podem ser caracterizados pela heterogeneidade e pela multiplicidade de trajetórias, trazendo-nos, assim, um amplo universo de pesquisa. Esse dado nos aproxima, por exemplo, de sujeitos como Salvador, provavelmente um mestre taipeiro que trabalhou na construção do Cemitério Municipal, ou de taipeiros/pedreiros como Adão e Vitorino que, apesar de diferentes nacionalidades, pertenciam ao mesmo nível hierárquico profissional, trabalhando em conjunto e recebendo a mesma quantia por dia de trabalho.<sup>37</sup>

A composição dos trabalhadores da construção estava também condicionada aos acontecimentos políticos e econômicos em andamento no país. Por exemplo, nas ordens de pagamentos emitidas pela edilidade até 1888, ficaram evidentes a utilização de mão-de-obra escrava, ao lado de trabalhadores livres, nas obras públicas. No entanto, a presença do negro, seja ele escravo ou liberto, não ficou restrita ao período escravagista, sendo presença constante nos documentos aos quais tivemos acesso e podendo ser encarada como uma das identidades que compuseram esta categoria de trabalho. Os trabalhadores livres, por sua vez, eram, até o fim da década de 1870 aproximadamente,

---

<sup>37</sup> Papéis Avulsos AMWL.

compostos, em sua maioria pela população nacional despossuída e, minoritariamente, por alguns imigrantes europeus, sobretudo portugueses. A mão-de-obra imigrante será utilizada com maior intensidade nas décadas finais do século XIX, quando houve uma aceleração dos movimentos migratórios à capital. É justamente nesse ínterim que ocorreu a proliferação de pedreiros e mestre-de-obras italianos na cidade, aos quais foi atribuído a introdução de novos materiais (como a alvenaria de tijolos e a pedra de cantaria) e novas técnicas de edificação, tornado-se sinônimo de bom gosto e civilidade. Contudo, poucos foram os imigrantes que conseguiram se destacar ou cair nas graças da elite paulistana. Em sua grande maioria, esses imigrantes viviam de maneira precária, raramente conseguiam uma ocupação fixa e colaboravam com o crescimento da pobreza e do desemprego na cidade.

Devemos estar atentos à problemática que envolve as técnicas utilizadas e reutilizadas na edificação paulistana, uma vez que a taipa-de-pilão e taipa-de-mão (pau a pique) apresentava-se profundamente enraizada no conhecimento prático da maioria da população. Especialmente a população pobre que, para sanar os problemas de moradia e habitação, adotava tais soluções sistematicamente, apesar das inúmeras tentativas da Câmara em erradicar essas práticas. É nesse sentido que a segunda parte deste capítulo se empenhará em observar as alterações na fisionomia da cidade, buscar coexistências de partidos arquitetônicos<sup>38</sup>, evidenciar a suntuosidade ao lado da rusticidade, enfim, buscar as rupturas e continuidades que ocorreram na forma de se edificar na cidade de São Paulo no século XIX

---

<sup>38</sup> Partido Arquitetônico era termo formal derivado de uma série de condicionantes ou determinantes; o resultado físico da intervenção arquitetônica sugerida. Os principais determinantes ou condicionantes do partido seriam: atendimento aos requisitos técnicos, construtivos, legais, econômicos e funcionais; cuidado com aspectos do terreno, clima, condições físicas e topográficas e seu entorno; beleza e conforto de uma maneira atrativa e acolhedora tanto para os usuários como para os visitantes; a implantação a partir dos principais eixos, da topografia, da insolação etc; edificações com formas geométricas simples, localizadas adequadamente no terreno; aspectos do programa, pré-setorização, acomodando todas as funções previstas; opção por edificação de caráter horizontal ou vertical (por questões técnicas, de circulação, estética e psicológica); melhor utilização para diversas atividades de caráter público; simetrias e geometrias; luz e ventilação; jardins, paisagismo, conforto ambiental; integração com o meio natural; tipo de estrutura

(<http://www.arquitetando.xpg.com.br/texto%20nPAIII06.htm>)

## Capítulo II

### A arquitetura tradicional paulista – Permanências e Rupturas

É indiscutível que o emprego da taipa como técnica construtiva, em São Paulo, tem suas raízes nos primórdios da colonização Planaltina. Não é raro encontrarmos nas esparsas documentações a preferência pelas construções de barro.

Na metrópole, a terra socada era realizada tendo por alicerce uma grande camada de terra que ultrapassava a superfície do terreno, evitando a ação da chuva e impedindo o desmoronamento. Aqui, por não se ter a facilidade da extração de pedras, como já mencionado, apenas o terreno servia de alicerce. A terra socada transformava-se num bloco monolítico praticamente intransponível às picaretas das demolições provocadas pelo progresso cafeeiro.

Conforme cartas escritas pelo arquiteto francês Louis Leger Vauthier sobre as casas de residência no Brasil, numa exceção à regra geral da arquitetura urbana brasileira as “casas de taipa caracterizam a Província de São Paulo. (...) O comum (no restante do Brasil) é o tijolo que geralmente não é caro e cuja a mão-de-obra não exige nem grandes cuidados nem grande habilidade, e permite dar às paredes uma espessura pequena.”<sup>39</sup> Segundo palavras do citado arquiteto, em São Paulo as casas se particularizavam pelo predomínio da preferência pelo “maisons em pise”.

Foi por meio do re-aquecimento econômico da Capitania de São Paulo no início do século XIX, impulsionado pelo açúcar e criação da Academia de Direito, que uma nova página na história da habitação paulistana foi escrita. As novas condições do viver na cidade contribuíram para o aumento da busca de conforto e requinte, trazendo novos contornos às edificações da capital da Província. Contudo, a técnica construtiva utilizada na edificação da habitação, permanecia a tradicional taipa-de-pilão – tanto para os sobrados imponentes da região central, quanto para as casas modestas da população mais humilde, assim como para os edifícios públicos e religiosos. A cidade, do ponto de vista técnico, permanecia inalterada desde sua fundação no século XIX, entretanto algumas mudanças ocorreram em relação às fachadas e à disposição do interior das moradias. O historiador Paulo Cesar Garcez Marins estudou mesmo as inovações introduzidas nas velhas rotulas de madeira, as vezes completadas com vidro, outras com dobradiças nas laterais<sup>40</sup>. De forma geral, não podemos negar a persistência dos

---

<sup>39</sup> Vauthier, Louis Leger. Casas de Residência no Brasil In Arquitetura Civil I, São Paulo, FAUUSP iMEC-IPHAN, 1975.

<sup>40</sup> Marins, Paulo César Garcez. *Através da Rótula; sociedade e arquitetura no Brasil, século XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001. p.186ss.

elementos tradicionais –como a presença das rótulas nas janelas e a profusão de cores nas fachadas – que delineavam a característica da arquitetura paulistana<sup>41</sup>.

Referindo-se ao sistema de taipa de pilão, o viajante Kidder relatou a existência de muros de taipa que, mesmo sem nenhum tipo de manutenção, permaneceram mais de um século sem cobertura de nenhum tipo.<sup>42</sup> Apesar da taipa ser uma técnica reconhecidamente feita para durar, sob algumas condições ela poderia ter sua vida reduzida, principalmente quando em contato com a ação das águas pluviais. Após a grande enchente de 1850, em ofício dirigido às autoridades municipais, o engenheiro Cristino Wyzewski sugeria uma maneira mais segura de edificar-se as casas e pontes a partir de então. Tal documento ressaltava os cuidados necessários em relação ao uso da taipa de pilão nas edificações, sugerindo que seu uso fosse feito apenas em cercas e muros. Caso a técnica fosse empregada nas edificações, que se fizesse alicerces de alvenaria com pedras ou tijolos. Em relação aos sobrados, indicava-se que o pavimento térreo fosse inteiramente realizado com uso de pedras ou tijolos.<sup>43</sup> As indicações do engenheiro Wysewski visavam alterações nos os métodos e técnicas tradicionalmente empregados na construção civil em São Paulo, no entanto mesmo no caso dos mestres de obras residentes na cidade realmente quererem o rompimento com as práticas aqui empregadas, teriam sérias dificuldades. Como já mencionado, a cidade de São Paulo contava com poucas olarias, que, não possuíam capacidade e autonomia para abastecer a capital de tijolos e telhas. Sabemos, também, que o tijolo era empregado, quase, que exclusivamente para ladrilhar.<sup>44</sup>

Até a metade do oitocentismo, a casa paulistana era, em seu interior, carente de requinte e luxo mobiliário. Conforme a observação do americano Kidder, a mobília paulistana variava de acordo com o maior ou menor grau de riqueza da habitação, mas, de forma geral, todas possuíam um sofá e três ou quatro cadeiras dispostas ao redor da sala.<sup>45</sup> Contudo, Silva Bruno cita uma edificação alugada por estudantes em 1863 que, em seu interior, não possuía mobílias, mas, sim, em cada lado da janela, amplos assentos feitos na própria taipa<sup>46</sup>.

---

<sup>41</sup> BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo*. 3ª Ed. São Paulo: HUCITEC/Secretaria Municipal de Cultura, 1984, 3vols.

<sup>42</sup> Kidder, D.P. *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil*. op.cit p 189

<sup>43</sup> Sant'Anna, Nuto. *São Paulo Histórico, Aspectos e Lendas e Costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura, vol. IV, 1944. p. 167

<sup>44</sup> Bruno, Ernani Silva. Op.cit. p.473

<sup>45</sup> Bruno, Ernani Silva. Op.cit.

<sup>46</sup> Bruno, Ernani Silva. Op.cit.

As chácaras ao redor da cidade não diferiam das casas do centro, quanto à técnica empregada. Algumas dessas sedes destacavam-se por suas dimensões, outras pelo requinte de suas formas, mas todas empregavam a taipa como técnica construtiva. Os templos religiosos, conventos, seminários e mosteiros eram, também, erguidos utilizando a técnica do barro socado, sendo comum as reclamações sobre a necessidade de consertos e reformas nesses edifícios. No memorável trabalho de Silva Bruno, inúmeras são as citações de igrejas e conventos que, ao longo da segunda metade do século XIX, foram reformadas ou, até mesmo, reconstruídas.<sup>47</sup>

É necessário sublinharmos que o aumento da população na cidade, desempenhou um papel importante para a onda de reformas que se iniciava. Não apenas os estudantes de Direito, acompanhados de seus escravos, mas também famílias de fazendeiros instalavam-se na capital, no intuito de exercer um maior controle no fluxo de suas mercadorias rumo ao porto. Esses novos sujeitos que passaram a compor o cenário sócio-econômico de São Paulo, assim como comerciantes, exigiam não só reformas nas antigas moradias, como também influenciavam a construção de novos edifícios, num ritmo jamais visto serra acima. Paulo Cesar Garcez Marins estudou a diversidade de moradores e de fachadas das casas de taipa. Algumas mantinham as características dos séculos anteriores, com treliças nas janelas e “total falta de prumo das sacadas, tortas entre si”<sup>48</sup>. Outras conviviam com janelas neo clássicas, balcões de ferro e vidro nas janelas<sup>49</sup>. É emblemático o caso de Domingos Paiva de Azevedo, que em 1854 construiu um sobrado de três andares na Rua do Rosário como desafio ao seu vizinho da frente, Antonio Cavalheiro, que dois anos antes havia erguido um sobrado de um pavimento.

De um lado vemos os aspirantes a bacharéis ocupando antigas casas e estabelecendo suas Repúblicas. De outro, as chácaras nos arredores cujas sedes eram em geral de taipa serviam de moradia aos fazendeiros recém chegados à cidade. Os professores tendiam a morar nos sobrados de taipa mais antigos do centro, conservando geralmente nas fachadas as rotulas de madeira.”Agarrados aos sobrados outrora senhoriais, aqueles professores mal podiam esconder dos transeuntes sua precária

---

<sup>47</sup> Bruno, Ernani Silva. Op.cit. p. 479 ss.

<sup>48</sup> Marins, Paulo Cesar Garcez. Op. cit. p. 206

<sup>49</sup> Op.cit p.205ss

condição financeira, pois as rotulas evidenciavam que aqueles sobrados antigos longe estavam de assegurar distinção social<sup>50</sup>

De outro, as chácaras nos arredores cujas sedes eram em geral de taipa serviam de moradia aos fazendeiros recém chegados à cidade.. Sem mencionar os fazendeiros que, com frequência, habitavam os andares superiores dos grandes sobrados da região central, onde no andar térreo estabelecia-se porões para escravos ou estábulos e cocheiras. Eram nesses andares superiores, que homens e mulheres mais abastados bisbilhotavam as ruas ou assistiam as passagens de cortejos religiosos.<sup>51</sup> Os sobrados ao qual nos referimos, estavam, sobretudo, concentrados nas ruas centrais, mas as habitações da cidade eram, em sua maior parte, casas térreas sem elementos de elegância, feias e “sem arquitetura”, conforme salientou Francisco de Assis Vieira Bueno.<sup>52</sup> “A cidade de São Paulo, em escala radicalmente diferente de Recife, Salvador ou do Rio de Janeiro estava tomada por casas térreas. Em quase todas elas as rotulas foram surpreendidas pela lentes de Militao”,<sup>53</sup> „Estas casas, lembra o historiador, feitas de taipa apresentavam a característica assimetria das janelas em suas fachadas antiquadas<sup>54</sup>. Permaneciam as velhas construções de fachadas assimétricas, em que as janelas e portas eram abertas com distancia aleatória, e onde as janelas superiores dos sobrados, nem mesmo correspondiam ao numero de portas do pavimento térreo.<sup>55</sup> ,

A partir de meados do século XIX, as casas de dois ou mais pavimentos, tiveram seu crescimento mais acentuado, culminando com a criação em 1849, de postura municipal que regulamentava a altura mínima do pé direito dos edificios que fossem, dali em diante, edificados, afim de que houvesse uma padronização estética da altura das construções.

O sobrado urbano tradicional era, geralmente, propriedade de abastados comerciantes e constituído de dois andares, sendo o primeiro assoalhado, distinguindo-se da casa popular, térrea e de chão batido. Muitas vezes, o sobrado desempenhava uma dupla função de moradia e trabalho e, nesses casos, o térreo era destinado às lojas, depósitos, armazéns, oficinas de escravos, escritórios e alcovas. “O morar ao rés do chão, com todas as associações degradantes associadas aos miasmas pestíferos ou ao

---

<sup>50</sup> Op.cit p.213-214

<sup>51</sup> KIDDER, D. P. Reminiscências de viagens e permanências no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1972.p. 189

<sup>52</sup> Bueno, Francisco de Assis Vieira. A cidade de São Paulo. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas.

<sup>53</sup> Marins, Paulo Cesar Garcez. Op.cit, p. 190

<sup>54</sup> Idem 190

<sup>55</sup> Ibidem, p.185

próprio pavimento característico de escravos e negócios, ainda se encaixava entre as residências de sobrado, lembrando ao transeunte, ao visitante, que era ainda recente a ascensão econômica da velha cidade sertanista.”<sup>56</sup>

O andar superior era composto por cômodos interligados em seqüência e era usado como habitação familiar. Na parte da frente ficava o local destinado ao estar e visitas, o repouso ficava ao centro. Nos fundos da casa ficavam a sala de jantar a cozinha e a área de serviços. Essa disposição era condicionada pelas dimensões do lote urbano que, estreito e padronizado, não permitia a diversificação arquitetônica e induzia que casas geminadas fossem construídas em terrenos profundos e estreitos, com os cômodos enfileirados. Tanto casas térreas como s imponentes sobrados eram edificados utilizando o sistema de taipa-de-pilão, enquanto construções auxiliares do quintal eram erguidas de pau-a-pique, mais precário e provisório<sup>57</sup>. A casa paulistana do século XIX, construída no alinhamento da rua e geminada, era iluminada por aberturas na frente e nos fundos, ao passo que na parte central, mais escura, ficavam as alcovas. O espaço destinado ao estar formal utilizado por hóspedes ou visitas, era isolado de cômodos de estar informal, de uso familiar. . No entanto, é conveniente afirmar que uma das características das habitações é, justamente, a superposição e a confusão dessas áreas. A inexistência de uma delimitação nítida desses espaços está relacionada aos costumes locais e, principalmente, a dependência do trabalho escravo. Contudo, mesmo dentro do universo familiar encontramos salas distintas destinadas aos papéis do masculino e do feminino. A disposição dos cômodos, que seguia o esquema de zona de estar na frente, seguida da zona de repouso, da sala de jantar e, aos fundos, a zona de serviços, foi muito utilizada na cidade e por longo período atendeu às necessidades de uma sociedade ruralizada e dependente do trabalho escravo para o andamento das atividades domésticas. Podemos dizer que o viver das famílias abastadas de São Paulo dependia do trabalho escravo. Os negros resolviam os problemas do abastecimento de água, faziam a limpeza e retiradas de esgotos, promoviam reparos, cozinavam, além de cuidar das crianças como amas-de-leite e pajens, em outras palavras a posse do escravo significava conforto e bem viver.

---

<sup>56</sup> Ibidem, p.190

<sup>57</sup> Paulo Garcez descreve os moveis e objetos de decoração que caracterizavam diferentes níveis sociais dos moradores das casas e sobrados de taipa, alguns remediados, outros mais decadentes. Marins, Paulo Cesar Garcez. Op.cit, p.212ss



O sobrado paulistano traz em sua estrutura mais do que o barro socado. Essas edificações guardam as marcas das contradições sociais de uma sociedade que, por séculos, reproduziu uma dinâmica própria e permaneceu com poucas alterações em sua fisionomia. Para que ocorressem alterações no espaço doméstico, seria necessário que, primeiro, se alterasse o nível socioeconômico do proprietário e seus familiares e, com eles, o programa de necessidade das construções

A década de 1870 trouxe à cidade o início de um lento e complexo processo de rompimento com as formas arquitetônicas que definiram os séculos anteriores da cidade de São Paulo. Num primeiro momento, tais rupturas foram fomentadas pelas reformas incentivadas pelo próprio poder municipal, quando começou uma luta inglória contra as rótulas, cancelas e postigos que se abriam para as ruas e passeios; as determinações do Código de Posturas Municipais de 1875 também contribuíram para a alteração estética na cidade uma vez que proibiam a construção de casas de meia-água e de sótãos de cumieira para frente. Foi da mesma forma determinante para a mudança arquitetônica da cidade o surgimento de novas zonas de riqueza na Província, em certa medida, provocadas pelo surto cafeeiro e as primeiras linhas ferroviárias que ligavam regiões produtoras à capital.

Os novos moradores da cidade, sobretudo os capitalizados produtores de café, puderam contar com os serviços de arquitetos e engenheiros europeus – italianos, em sua maioria – na construção de seus palacetes e chalés, estabelecendo aqui e ali contrastes acentuados com as antigas construções tradicionais. A partir desse período, e durante a década de oitenta houve aos poucos a proliferação de casas monumentais, solares e habitações inspiradas nos padrões ingleses, alemães, normandos. O último quarto do século XIX, foi marcado por inúmeras demolições, por incontáveis reformas e novas construções. As habitações de particulares formavam, num ritmo que se acelerou a partir da década de noventa. Novos bairros foram surgindo em quase todos os cantos da cidade, criando novos conceitos de luxo e de conforto a serem perseguidos.

Nas terras da antiga Chácara Mauá, foi criado em 1879, pelo suíço Frederico Glete e por Victor Nothmann o bairro dos Campos Elíseos, o primeiro loteamento exclusivamente residencial da cidade. O bairro dos Campos Elíseos, dado os tipos de lotes oferecidos que variavam de 115 m a 4,40 m, possibilitou tanto a construção de mansões, que representavam a aristocracia do café, como pequenas casas estreitas e

alongadas, similar à casa tradicional<sup>58</sup>. Apesar de caracterizar a “cidade de tijolo”, como afirma Benedito Lima de Toledo<sup>59</sup>, este bairro por estar localizado em terras baixas – suscetíveis aos alagamentos – e próximo à Estação da Luz – que provocava intenso movimento de veículos de carga – aos poucos foi decaindo e repelindo as classes com maiores recursos.

Alguns anos depois, o mesmo Victor Nothmann, agora em companhia de Martinho Buchard, comprou as terras que pertenciam ao Barão de Ramalho e planejou um bairro residencial com largas ruas e localizado em região montanhosa, atendendo todas as necessidades e preocupações que a elite paulistana possuía quanto à salubridade das habitações. Dessa forma, em 1890, passaram a ser vendidos os primeiros lotes do bairro de Higienópolis, que em pouco tempo passou a sediar residências de importantes membros da sociedade paulistana e tornou-se sinônimo de civilidade ao introduzir as villas como padrão de moradia.

Inspiradas nas residências senhoriais e aristocráticas da França, as villas eram formadas por grandes lotes que abrigavam residências unifamiliares, isolada no terreno, cercada de extensos jardins e edificações auxiliares. Programada para atender as necessidades familiares e voltadas para o universo da mulher, as vilas que proliferaram nos arrabaldes da cidade contribuiu para a introdução de novos hábitos, alterando o papel da habitação. Por tratar-se de uma sociedade agrícola voltada para o abastecimento do mercado externo, São Paulo era carente de bens de consumo e, por isso mesmo, o beneficiamento de gêneros agrícolas era realizado dentro das residências. É nesse sentido que, com a facilidade ao acesso de artigos industrializados (via estrada de ferro), a casa abandonava o papel de unidade de produção, que por tantos séculos possuiu, e passava a ser unidade de consumo, símbolo da civilidade e do progresso. Sob outra ótica, por assemelhar-se com as chácaras tradicionais, antigas soluções arquitetônicas e programáticas persistiram nas novas construções<sup>60</sup>.

Enquanto os sobrados do triângulo central eram construídos no alinhamento e aproveitando-se todo o terreno, as vilas formavam redes que eram entrecortados por fecundos jardins. A Vila Maria, de D. Veridiana Prado, é um ótimo exemplo para percebermos essas alterações no conceito de morar que as elites paulistanas adquiriram

---

<sup>58</sup> Homem, Maria Cecília Naclerio. O Palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996., p.123

<sup>59</sup> Toledo, Benedito Lima de. São Paulo: três cidades em um século, São Paulo: Cosic & Naif, 3ª Ed, p. 108

<sup>60</sup> Homem, Maria Cecília Naclerio. O Palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996., p. 89

neste final de século. A Vila Maria foi construída em 1884 utilizando projeto importado da França e executado por Luis Liberal Pinto, a planta do palacete possuía semelhanças com a casa senhoril do Renascimento e trazia inovações como a cozinha no porão, o andar térreo como zona de estar e a introdução de um parque fronteiriço. O lote que compunha a Vila Maria era composto pelo palacete, casa do porteiro, edícula com quartos de empregado, cocheiras para carros e animais, estufas, jardins, parque, árvores frutíferas, mina d'água e lago artificial. Dessa forma, segundo Maria Cecília Naclério Homem, a Vila Maria marcou uma ruptura com a tradição arquitetônica paulista ao propor o estilo renascentista francês, algo inexistente na São Paulo de então<sup>61</sup>.

A Avenida Paulista, outro empreendimento imobiliário de luxo, foi projetada pelo engenheiro uruguaio Joaquim Eugenio de Lima e inaugurada em 1891. Foi a primeira via pública asfaltada e arborizada com uma extensão de três quilômetros e faixas de trânsito para carruagens e cavaleiros, pedestres e bondes. Em 1896, já possuíam residência na nova avenida os irmãos Matarazzo, e pouco tempo depois industriais italianos, comerciantes árabes e profissionais liberais ocuparam a Paulista e ruas adjacentes. Ali era possível encontrar os mais variados, evidenciando na arquitetura do palacete o país de origem de seu proprietário. Diz Maria Cecília Naclério Homem que tais habitações “ostentavam uma decoração mais profusa e exuberante. Com cerca de dois quilômetros de extensão, essa avenida apresentava um grande número de residências. Eram vilas pompeianas, neoclássicas, florentinas, neobizantinas, inspiradas no Renascimento francês ou no estilo Luís XVI.”<sup>62</sup>

A cidade crescia e expandia seus limites. A criação de novas zonas residenciais permitiu, como mencionado acima, a construção de residências que se utilizavam de uma linguagem arquitetônica européia e, até então, inédita na cidade. Entretanto, tais alterações, ao mesmo tempo em que representavam uma ruptura na maneira de morar e de se construir traziam coexistências de temporalidades, deixando evidente formas antagônicas de vida. No ano de 1883, D. Anna Maria de Jesus era viúva de um ex-servente da Faculdade de Direito que, anos antes, havia recebido como doação dos estudantes que se formaram em 1860, um terreno em Santa Ifigênia. Por quase vinte anos a viúva morava em pequeno quarto, ou telheiro, construído no dito terreno. Aquela região na década de 1860 era pouco ocupada e bastante desvalorizada, em 1878 o terreno de D. Anna fora avaliado em 600\$000 quantia significativa e que era superior à

---

<sup>61</sup> Idem. p. 109

<sup>62</sup> Ibidem. p. 189

um terreno da rua João Theodoro. No ano de 1883, o terreno valorizou-se dez vezes e a moradora decidiu mudar-se.

Com a venda de sua propriedade, a viúva foi morar em uma casa de porta e janela na rua Duque de Caxias e garantiu para si uma renda mensal de 40\$000 com o aluguel de duas casinhas localizadas no recém aberto Campos Elíseos. Eram duas casas térreas de porta e duas janelas, geminadas e ainda sem numeração, muito simples e feitas da maneira tradicional. As casinhas estavam ao lado da propriedade de Dr. Martinho Prado Jr, de um lado, e de Domingos D’Almeida, do outro, que havia construído casinhas de aluguel. É interessante atentar-nos que embora houvesse diversas tentativas para criação de zonas destinadas à elite, como o caso do bairro de Campos Elíseos, os costumes imersos na tradição teimavam em persistir. Desse modo, vemos um importante empresário e político abolicionista vivendo lado a lado com uma viúva, analfabeta que mal tinha condições de sustentar a si mesma<sup>63</sup>. Outro caso interessante referia-se ao telheiro que servia de habitação e oficina ao ferreiro Joaquim Amaro dos Santos, situado na rua do Jogo da Bola, na Freguesia da Sé. Esta rua ligava o Largo de São Francisco à Sé, ou seja em pleno triangulo central. É curioso que a casa do dito ferreiro encontrava-se entre dois sobrados, um deles do medico da Câmara Dr. Francisco Honorato de Mouro e o outro da propriedade da Santa Casa. Em 1879, o médico prontificou-se a trocar a “desolada e estreita habitação” de Joaquim dos Santos por uma casa na rua da Glória, tendo como argumento a maior facilidade em encontrar meios de subsistência que a região oferecia. O negócio não foi concluído por motivos desconhecidos, mas, no entanto, D. Maria da Glória, viúva do ferreiro, vendeu a propriedade para o Dr. Peixoto Gomide, no ano de 1888<sup>64</sup>.

Nos dois casos apresentados acima, uma cidade muito misturada é revelada. Um pobre ferreiro era vizinho de importante médico e proprietário de outras casas na cidade. Uma viúva analfabeta, proprietária de casinhas de aluguel, ao lado de destacado político paulistano. Uma casa de porta e janela na região central da cidade. Um telheiro construído em zona notadamente elitizada, como Campos Elíseos. O historiador Paulo Cesar Garcez Marins estudou a diversidade social do triangulo. Era impossível estabelecer homogeneidade onde a sociedade exibia diferentes níveis de empobrecimento de famílias antigas, diversidade que se estampava na fachada das

---

<sup>63</sup>Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. Relações Sociais e experiências da Urbanização, São Paulo 1870-1900. Tese de doutorado, FFLCH-USP, P. 304-305

<sup>64</sup>Idem P. 305-306

casas, no interior, na decoração. Os inventários que estudou acompanham este morar juntos de pobres e ricos, que a contragosto apareciam mal camufladas nas fotografias de Militão<sup>65</sup>. Documenta mesmo o fato de aqui e ali aparecerem entre os sobrados mais ricos alguns sobrados de domicílios múltiplos<sup>66</sup>. Somos testemunhas da expulsão dessas famílias de áreas que passo a passo se enobreciam.

É bem sabido que a construção das casas em São Paulo até a metade do século XIX estava condicionada pela organização social e econômica, assim como aos costumes e as condições físicas e climáticas. É certo afirmar que a arquitetura paulista manteve suas características estruturais e técnicas durante séculos, tendo como base a influência lusitana de construírem-se solares, mansões, casas de chácara e quintas. A arquitetura doméstica, nas cidades, resumia-se em sobrados ou casas térreas que se destacavam, não pelas soluções programáticas de engenheiros e arquitetos, mas, sim, pela grandiosidade de tamanhos e volumes do edifício. A sobriedade das fachadas e a ausência de requinte era o que marcava as residências paulistas. Contudo, se é possível traçarmos a trajetória da casa paulista, desde a colônia até a República, os anos oitenta do século XIX representam um rompimento. Não só pela introdução de novos materiais ou utilização da mão-de-obra de imigrantes, principalmente italianos, mas também a chegada de arquitetos, que retornavam ao Brasil após estudos na Europa, contribuíram para que novos padrões fossem adotados e velhas práticas rejeitadas.

Ao concluir seus estudos na cidade flamenga de Gante, entre 1875 a 1878, Ramos de Azevedo retorna ao Brasil e instala em São Paulo seu escritório, que viria a ser bastante requisitado pelas elites paulistas. A noção de habitar que Ramos de Azevedo trouxe estava ligada aos hábitos, necessidades, idéias, aspirações e costumes burgueses. O afamado arquiteto utiliza conceitos de zoneamento, compartimentação e denominações que são empregados nos projetos realizados por colegas europeus e encontram-se explicados nos trabalhos de Louis Cloquet e Julien Guadet<sup>67</sup>, importantes manuais de arquitetura do período. Nos projetos que Ramos de Azevedo executa em São Paulo a partir de 1879, é possível encontrarmos todo o repertório de habitação burguesa européia, descrito por Cloquet e Guadet. Encontramos esta influência na

---

<sup>65</sup>Marins, Paulo César Garcez. *Através da Rótula; sociedade e arquitetura no Brasil, século XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001. p. 230ss, 239.

<sup>66</sup>Idem, p. 241.

<sup>67</sup>Julien Guadet era professor da École des Beaux-Arts de Paris e escreveu uma das mais importantes obras de arquitetura do período intitulada *Elements et théorie de l'architecture*. Louis Cloquet foi professor da Académie des Beaux-Arts de Antuérpia e da École du Génie Civil de Gante, sua obra mais destacada foi o *Traité d'architecture*.

composição do programa, na implantação dos edifícios, nos desenhos de plantas, na organização das áreas social, íntima e de serviços, nos volumes, nos desenhos de fachadas e nos detalhes de decoração, nos materiais utilizados e seu emprego, enfim todas as variantes que envolviam um projeto foram pensadas a partir dos modelos vigentes na Europa.

Ao analisarmos as obras de Ramos de Azevedo, somos invariavelmente impelidos a concluir que o arquiteto expressa uma profunda ruptura com o passado, uma separação do velho e do novo. Visualmente, nada em seus projetos nos remetem ao mundo colonial ou a vida comunitária. O comprometimento do arquiteto estava mais intimamente ligado a modelos estéticos que representavam a cultura européia, tão em voga neste período. É claro em seus desenhos a intenção de modernizar a cidade tendo como orientação visões parisienses, as cidades idealizadas no século XIX em nada se assemelhavam com as cidades reais brasileiras. Em outras palavras seria necessário por fim aos edifícios velhos, baixos, sem as monumentais entradas, sem a pedra ou o mármore, substituindo-os por novos padrões capazes de expressar de maneira imponente as transformações políticas e econômicas que São Paulo atravessava.

Por outro lado, no centro da capital, resistiam bravamente às ações das picaretas do progresso, antigas casas de taipa e muitas casinhas de porta e janela que rememoravam um passado que se pretendia esquecer. As reformas e demolições atingiram de maneira acentuada inúmeros conventos e edifícios religiosos, com atestou Antonio Egidio Martins, alterando a fisionomia arquitetônica da cidade e incorporando novas técnicas, trazidas por imigrantes que aqui se instalaram. Contudo foram as casas de particulares, principalmente de fazendeiros, comerciantes, banqueiros endinheirados, que alteraram de maneira significativa o aspecto arquitetônico de São Paulo, contribuindo para que as reformas, demolições e novas construções ocorressem com maior intensidade. Novas habitações, mais suntuosas que os antigos sobrados paulistanos, foram aparecendo nos novos bairros próximos ao centro.<sup>68</sup>No entanto a persistência de alguns antigos sobrados foi intensa ao passo que o processo de demolição dessas antigas construções foi lento e gradual, acentuando-se apenas durante a gestão de Antonio Prado, no final do século XIX, e no governo de Raimundo da S. Duprat, já na década de 10 do século XX. Nas décadas que se seguiram, aquela antiga

---

<sup>68</sup> Bruno, Ernani Silva. Op. Cit. Vol. III, p. 933

cidade, com um ar provinciano e bucólico, deu lugar à outra que enchia os olhos de seus visitantes, que não raras às vezes, comparavam-na com cidades européias.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Na década de 1880, o francês Max Leclerc atestava que as ruas da capital eram ornadas por edifícios sólidos à moda européia. Em 1885, Alfonso Lomônoco dizia que as construções paulistanas davam à cidade um ar de cidade européia. No ano de 1894 outro italiano, Ferruccio Mácola afirmava que as construções de São Paulo eram o de cidades italianas de província. Gustav Koenigswald atestava a demolição de antigos edifícios e em substituição construções imponentes eram realizadas. Mauricio Lamberg afirmava que havia visto grande numero de edifícios monumentais na cidade São Paulo.

## Capítulo III

### Trabalho e Técnica na Cidade



Neste momento do estudo entraremos mais intimamente no universo da construção civil da capital e, tendo como base as ordens de pagamentos de serviços prestados à municipalidade, entre os anos de 1850 até 1890, poderemos clarificar a composição desta classe de trabalhadores. O corpus documental aqui trabalhado nos traz informações que nos permitirão visualizar a localização espacial das obras na cidade, a composição dos trabalhadores envolvidos, os cargos por eles ocupados e a remuneração recebida por jornada de trabalho. Diante do processo de desagregação da escravidão urbana e da concorrência das fazendas que precisavam de toda mão de obra disponível, assistiremos na década de cinquenta o começo da diminuição da presença de escravos na cidade .

Trazer à tona trajetórias de sujeitos que muito contribuíram na edificação de São Paulo como um grande centro e que, ao mesmo tempo, apresentavam-se envoltos na invisibilidade da estratificação social daquela capital provinciana da segunda metade do século XIX, representa árdua tarefa ao historiador. Pensar que a ausência de registros que delineiem os contornos de parte da população trabalhadora da cidade significa sua pouca relevância aos rumos tomados pela capital paulista, consistiria um grave equívoco. A importância em lançar luzes sobre os trabalhadores da construção civil durante a segunda metade do século XIX, mais do que evidenciar práticas de uma sociedade em transformação, significa retirar das sombras do anonimato àqueles que, com o suor derramado no trabalho exaustivo, ajudaram a erguer São Paulo como importante pólo político e econômico. Aponta também para a lenta mudança do trabalho escravo, alugados pela câmara de proprietários particulares, e sua substituição por libertos ou por presos. Com os preços dos alimentos em constante elevação era do interesse dos pequenos proprietários alugá-los por jornadas. Os escravos dos principais proprietários da cidade estavam, talvez, mais presentes em função da dificuldade de separar status social urbano e *res publica*. Todos se sentiam donos da cidade.

Os escravos foram sendo substituídos por mão de obra mais barata e mais disponível para os serviços nesta área de construção e de reformas de manutenção da Câmara que ainda aparece como mescla indissolúvel do privado ao público.

A partir de agora iniciamos uma jornada em que percorreremos ruas e praças de uma cidade em obras. Como guias, teremos pedreiros e serventes, escravos e homens livres que deixam de lado a penumbra do esquecimento para ocuparem papel de destaque em uma São Paulo que revela a outra face do progresso modernizante.

## 1850: Ruas, Largos e Procissões

O ano de 1850 iniciou sob um forte temporal ocasionando alagamentos, destruição de casas e pontes. Por esse motivo ao longo desse ano podemos visualizar um intenso volume de trabalhos de concertos e reconstruções fomentados pela edilidade municipal. Nosso passeio imaginário tem seu ponto de partida perto de alguns casebres de porta e janela, ao lado do cemitério da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos<sup>70</sup>.

Fig. 1



Vista da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Note as casinhas de porta-e-janela, no lado esquerdo da foto, colado com imponentes sobrados.

Dali caminhamos rumo ao Anhangabaú, percorrendo uma viela com forte declive, popularmente denominada de Ladeira do Acú, que ligava a igreja da irmandade às

---

<sup>70</sup> Em sua tese, Maria Luiza de Oliveira nos apresenta alguns carroceiros e trabalhadores da construção civil que eram membros da Irmandade do Rosário. É o caso de Marcelino Alves da Cruz, um carroceiro que já havia exercido o cargo de procurador da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 40 .

margens do rio Anhangabaú<sup>71</sup>. Ao fim da descida, para quem quisesse atravessar o rio, estava uma precária ponte construída rústicamente em madeira que, aos passos do transeunte, balançava como se fosse ruir. Nossa primeira parada é justamente aos pés da chamada Ladeira do Acú, principio da Avenida São João onde os bondes precisavam de mais burros para subir ao centro, que recebia um grupo de seis trabalhadores incumbidos de consertar aquilo que a enxurrada havia destruído. Durante o verão eram bastante corriqueiras as chuvas torrenciais que atingiam a cidade ocasionando inúmeros transtornos e contratempos. Por outro lado, a Câmara Municipal desdobrava-se para remediar e minimizar os efeitos dos temporais sazonais.<sup>72</sup>

O grupo de trabalhadores em questão era constituído por dois pedreiros e quatro serventes. Nessa ocasião o pedreiro Guilherme Alvim, homem livre, recebia a quantia de \$880 por dia trabalhado, enquanto Antonio de Camargo, provavelmente livre, recebia por jornada de trabalho a quantia de \$480. Já os serventes Ignácio do José, Joaquim de D. Ritta e Benedito Anastácio eram escravos e recebiam a quantia de \$400 por dia de labuta, no entanto o pobre Hermenegildo recebia apenas \$120 pela mesma jornada. Essa diferença entre os preços pagos a cada trabalhador não apresenta uma lógica que nos permita inferir os motivos pelos quais, um ganha mais que o outro. Podemos pensar que talvez fosse pelo prestígio adquirido ou também pela excelência de uma mão de obra reconhecidamente mais especializada, no caso dos pedreiros. Quanto aos serventes não temos nenhum indício que nos permita imaginar o motivo de tamanha diferença entre os valores pagos, o ponto relevante é que, como veremos, o servente Hermenegildo em todas as obras em que sua mão de obra foi requisitada houve uma subvalorização de seu trabalho. Este mesmo grupo de trabalhadores também foi empregado nos concertos realizados na Ladeira do Carmo, próxima à Rua da Boa Morte, e receberam as mesmas quantias mencionadas anteriormente. O aluguel de escravos de proprietários particulares era uma prática continua na cidade, que remonta o período colonial e intensificando-se durante o século XVIII. Nessa época de elevação dos preços de alimentos já ficava caro manter escravos sem ofícios e, por isso mesmo, como argutamente observou Maria Odila, o aluguel representava “um meio de sobrevivência preferido por viúvas

---

<sup>71</sup> Marques, Gabriel. Ruas e Tradições de São Paulo. Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, Imprensa Oficial, 1966. p.63-73

<sup>72</sup> Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização. São Paulo:Alameda, 2005. Em referencia à limpeza da ruas a autora afirma que “o costume de varrer o lixo e os ciscos das calçadas e fazer montes no meio da rua,(...) trazia esses embaraços em dias de chuva – as ruas ficavam cheias de lixo. Também, quando o carroceiro demorava a passar, a sujeira espalhava-se, movida pelos animais, pelo movimento das carroças ou de um vento mais forte.” p.41

remediadas e pequenos funcionários da administração pública, que alugavam caro os seus escravos de ofício.”<sup>73</sup>

Algum tempo depois, ainda no ano de 1850, liderados pelo pedreiro e encarregado de obra Joaquim José de S. Anna foram realizados, a mando da Câmara Municipal, uma série de reparos na Ladeira do Bechiga. Vale lembrar que a dita enchente, ocorrida em 1º de janeiro desse ano, foi ocasionada justamente pelo transbordamento do tanque do Bechiga na Baixada do Piques e o saldo dessa fatalidade já foi aqui mencionado<sup>74</sup>. A Baixada do Piques era constituída por duas partes distintas: de um lado o Largo do Bechiga e do outro o Largo do Piques. Esta região destacava-se na antiga cidade pelo fato de servir de pouso aos tropeiros vindos de Sorocaba, que utilizavam o Largo do Piques para a exposição de seus animais, enquanto do lado oposto, enfileiravam-se quartinhos de porta e janela que eram alugados aos tropeiros<sup>75</sup>. Foi nesse cenário que o dito Joaquim José de S. Anna liderou seis escravos serventes para os reparos necessários no Largo do Bechiga. Além do citado pedreiro e encarregado, estavam também Paulo escravo de Benedito Luz, Damião, Manoel, Manoel 2º e Vicente, escravos do Comendador Prado, e Ignácio. Assim como os serventes empregados na Ladeira do Acú, nesta ocasião todos receberam a quantia de \$400 por dia, exceto Joaquim José de S. Anna que recebera \$640 por jornada de trabalho.

Subimos agora uma das ladeiras que desemboca no Largo do Bechiga e vamos em direção ao convento de São Francisco, local em que havia outra obra em andamento: o conserto do paredão homônimo. Ali estava o feitor da obra José Jerônimo de Brito, homem livre, que liderava os escravos Benedito, pedreiro, e os serventes Floriano e Joaquim, que deveriam ampliar a extensão do paredão de São Francisco. Desta feita a remuneração foi efetuada da seguinte forma, o feitor recebia \$640 por dia, já o pedreiro Benedito ganhava \$560 enquanto os serventes os \$400 costumeiros.

Retornando ao Largo do Piques encontramos um dos mais requisitados e prestigiados mestre-pedreiros que São Paulo conheceu, o Sr. Ludobico Manoel Gomes, que, como veremos, estará presente nas mais importantes obras da cidade. Aqui Ludobico comanda as obras de reparo do chafariz do Piques e também lidera a mão-de-

---

<sup>73</sup> Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 124

<sup>74</sup> MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554 a 1910*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p.137

<sup>75</sup> Marques, Gabriel. *Ruas e Tradições de São Paulo*. Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, Imprensa Oficial, 1966. p.143-151

obra empregada no calçamento do mesmo Largo. Seu braço direito nestas obras é o já mencionado Guilherme Alvim, sem contar o escravo servente Ignácio. Os homens livres Ludobico e Guilherme Alvim recebem respectivamente 1\$600 e \$880 por cada dia de trabalho, enquanto Ignácio, como a maioria dos escravos serventes, \$400. Os homens livres provavelmente exerciam outros ofícios como carroceiros, cocheiros, ou condutores quando não tinham jornadas a ganhar.

Fig.2



Paredão do Piques. Do lado direito, a Ladeira da Misericórdia encontra-se com a Consolação

Ainda no Largo do Piques, o mestre-pedreiro Ludobico liderava mais um grupo de trabalhadores, agora com instruções de construir as caixas d'água do Piques e reparar os danos no Paredão, próximo ao Largo da Memória local que se encontrava a famosa pirâmide. Além de Ludobico, marcavam presença nesta obra o pedreiro Guilherme Alvim, os serventes Ignácio escravo da Rosa, Paulo do Dr. Alvim, Joaquim de D. Ritta e Bento Antonio. Como de praxe os escravos serventes receberam por dia \$400, enquanto Ludobico 1\$600 e o pedreiro Guilherme Alvim \$880.

Por volta do dia 25 de janeiro de 1850 teve início uma série de obras de reparos e manutenção na região do Largo do Convento de São Francisco e que se estendeu durante todo ano. A primeira destas obras foi realizada sob supervisão do encarregado Joaquim José de S. Anna que reuniu cinco trabalhadores – um pedreiro e quatro serventes – para realizar diversos consertos no Pátio de São Francisco. O pedreiro Antonio de Camargo, livre, foi remunerado em \$480 por dia, os escravos serventes Paulo escravo do administrador do Correio Geral da capital o Sr. Benedito Antonio da Luz<sup>76</sup>, Paulo 2º escravo do Dr. Alvim e Jacinto escravo do Tristão receberam \$400 por jornada diária, enquanto ao escravo Hermenegildo foi destinado \$120. O Paredão de São Francisco, que havia sido ampliado anteriormente, voltaria a receber mais dois reparos. O primeiro, sob os olhos do encarregado Joaquim José de S. Anna, teve o auxílio do pedreiro Antonio de Camargo, que recebeu \$480, e dos escravos serventes Ignácio e Antonio Joaquim, remunerados em \$400 cada. A outra obra no mesmo paredão de São Francisco, contou com José Jerônimo de Brito na função de feitor da obra, o pedreiro Antonio – livre –, os escravos pedreiros Joaquim e Adão e os escravos serventes Benedito, Floriano e Joaquim. O feitor da obra recebeu a quantia de \$640 diários, o pedreiro Antonio teve sua fêria estipulada em 1\$280 por cada jornada, o escravo pedreiro Joaquim recebeu \$640 e Adão \$560, já os serventes tiveram sua mão-de-obra orçada em \$400 por dia de serviço.

Ao lado do Mosteiro de São Bento tinha início a rua de mesmo nome, que ligava o largo de São Francisco ao templo beneditino. A Rua de São Bento<sup>77</sup> era uma via estreita e com intenso trânsito de cavalos e mulas de cargas, que chegavam a causar transtornos aos que por ela passavam. Por ser ponto de passagem das mais importantes procissões da cidade suas residências eram muito valorizadas, constituindo um dos mais altos aluguéis da capital provincial. Em fevereiro de 1850 a Câmara Municipal ordenava ao fiscal João Baptista Ramos que recrutasse trabalhadores para fazer os reparos necessários na calçada da Rua de São Bento. A dita obra deveria seguir do entroncamento com a ladeira do Acú e seguir até a Rua Direita, conhecido como Quatro cantos<sup>78</sup>. Foi necessária a utilização da força de trabalho de doze trabalhadores, sendo cinco pedreiros e sete serventes. Eram eles o pedreiro livre Guilherme Alvim ganhando

---

<sup>76</sup> MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo, 1554 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p.252

<sup>77</sup> MOURA, P. Cursino de. São Paulo de Outrora, evocações da Metrópole. 2ª ed. Livraria Martins Editora, 1943.

<sup>78</sup> MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo, 1554 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p.69.

\$880 por dia, os escravos pedreiros João escravo do Major Ramalho que recebeu a quantia de \$800, Adão do Capitão Camargo pela ordem de \$560 diários, Benedito Guilherme e Pedro de D. Paula a \$480 cada por dia de trabalho. Os escravos serventes Damião, Manoel e Manoel 2º escravos de Antonio Prado, assim como Joaquim escravo de D. Rita, Ignácio escravo do Leza e Paulo do Dr. Alvim receberam \$400 por dia, apenas o escravo Hermenegildo continuava a ganhar \$120 por cada jornada de trabalho.

Em 1850 o Largo de São Gonçalo, hoje Praça João Mendes localizado ao fim da rua de mesmo nome e próximo ao Largo da Forca abrigava a cadeia pública, além da igreja em homenagem ao citado padroeiro. A cadeia teve sua construção ordenada no ano de 1837 e a primeira pedra fora lançada no ano seguinte. Em 1850, a cadeia ainda não estava totalmente concluída, mas já abrigava alguns detentos. Foi nesse mesmo ano que, a pedido do chefe de polícia da capital, a Câmara Municipal ordenou que se realizasse alguns consertos no batente da janela e nas grades da imponente construção de taipa de pilão. Para tanto foi requisitado ao mestre-pedreiro Ludobico Manoel que executasse os necessários reparos. Nesta obra, além de mestre Ludobico, que recebia a quantia de 1\$500 por dia, consta na ordem de pagamento da Câmara, o trabalho do escravo servente Ignácio recebendo \$400.

Caminhando rumo a Várzea do Carmo era possível constatar a presença das muitas escravas que, entoando seus cânticos, utilizavam as águas do rio Tamanduateí para a lavagem de roupas, compondo um cenário muito comum aos contemporâneos que ali transitassem. Em um dos terrenos contíguos à Várzea do Carmo estava localizada a residência habitada e pertencente a D. Maria Joana da Luz, viúva do Alferes Joaquim Ribeiro dos Santos<sup>79</sup>. Esta residência seria, alguns anos mais tarde, desapropriada pela municipalidade para as obras de extensão da Rua 25 de Março, contudo no ano de 1850 ainda apresentava-se imponente e era um dos pontos de referência da Várzea. Ao lado do portão principal de acesso à residência da ilustre moradora existia o paredão que margeava o rio e ainda alguns chafarizes que eram muito freqüentados pelos escravos. Foram nestes locais que, no mês de fevereiro, receberam cuidados de manutenção e reparo de trabalhadores dirigidos, mais uma vez, por mestre Ludobico. Além do mestre-pedreiro, que recebia a quantia de 1\$600 diários, marcavam presença o pedreiro livre Guilherme Alvim, ganhando \$880, e os escravos pedreiros Joaquim do Caruzo Fideles e Pedro escravo de D. Paulisca, tendo por fêria o

---

<sup>79</sup> MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo, 1554 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p. 96 e p. 301.

valor de \$960 e \$480 respectivamente. Para o auxílio nesta empreitada foram requisitados os serviços dos escravos serventes Felipe, Vicente, Joaquim e Luiz – escravos da própria Maria Joana da Luz –, Ignácio escravo do Leza, Paulo de Dr. Alvim, Jacinto escravo do Tristão, Joaquim escravo de D. Rita, o escravo Bento Antonio e ainda Sabino e Caetano, ambos de propriedade de Benedito Luz. Todos os serventes recebiam o valor de \$400 por dia de trabalho, exceto o escravo Hermenegildo que tinha sua diária estipulada em \$120.

As datas comemorativas do calendário católico e as festas religiosas, assim como a variadas procissões em homenagem aos santos e padroeiros da cidade, possuíam importância indelével na dinâmica dos moradores de São Paulo<sup>80</sup>. Praticamente tudo girava em torno das comemorações, desde a decoração das ruas em que as procissões passariam até as vestimentas que as discretas matriarcas paulistas usariam nos dias santos. É justamente com a aproximação da Semana Santa que foi possível constatar o aumento no volume das obras de reparos nas imediações dos mais importantes logradouros religiosos, como o mosteiro de São Bento, o convento de São Francisco, a igreja de Nossa Senhora do Carmo e a própria Sé Catedral. As festividades tinham início com a tradicional Procissão de Cinzas, realizada na quarta-feira e reunindo fiéis que acompanhavam o traslado das cinzas que partia da Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia e percorria inúmeras ruas da cidade. No ano de 1850 foi determinado aos trabalhadores Antonio de Camargo, pedreiro, Manoel, Manoel 2º e Damião, serventes e escravos de Antonio da Silva Prado, que executassem concertos no Pátio de São Francisco em função da dita procissão. Vale lembrar que a remuneração desses trabalhadores ocorreu da seguinte forma: ao pedreiro coube a quantia de \$480, enquanto aos demais \$400 por dia.

Para a procissão da Semana Santa, a Câmara ordenava que se fizessem os concertos da calçada da Rua de São Bento, entre o Beco do Cipó e o Beco do Bom Jesus. Este serviço coube aos escravos pedreiros Hermenegildo do Carmo – pela quantia de \$800 –, Vicente do Dr. Veiga – recebendo \$560 diários – e Pedro de D. Paula – ganhando \$480. Os serventes eram Manoel, José, Manoel 2º – escravos do Comendador Prado –, Paulo do Dr. Alvim e, também, Hermenegildo de João do Beco. Como de

---

<sup>80</sup> Ver BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo*. p. 753 e MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo Antigo, 1554 a 1910*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4), p. 67



costume todos os serventes foram remunerados em \$400 diários, exceto Hermenegildo que continuava com seus \$120.

Fig.3



Rua de São Bento, importante palco de procissões religiosas. Repare no alinhamento do passeio.

Com a aproximação da Páscoa, foi pedido ao fiscal João Baptista Ramos que formasse um grupo de trabalhadores com a função de executar a decoração e limpeza dos locais em que a procissão passaria. Para tanto foram escolhidos os escravos de Antonio Prado, Onofre, Manoel e José, além de Paulo do Dr. Alvim, todos ganhando os \$400 costumeiros.

Outro importante cortejo religioso que paralisava a capital da província era a procissão da Irmandade dos Passos, que saía do Convento de Nossa Senhora do Carmo e dirigia-se a Sé Catedral. O ponto alto da procissão era quando a imagem do Senhor dos Passos chegava até a Igreja de Santo Antonio, situada na Rua Direita próxima aos Quatro Cantos, e acontecia o apoteótico encontro com a imagem de Nossa Senhora das

Dores<sup>81</sup>. Para este acontecimento o presidente da Câmara deliberou o conserto da calçada de toda Rua de São Bento, do Pátio do Mosteiro até o fim da via. Nesta ocasião estiveram empregados os pedreiros Guilherme Alvim e Benedito Guilherme, que receberam a quantia de \$880 e \$480 cada um, e os serventes Pedro escravo de D. Paula, Joaquim escravo de D. Rita e J., que receberam \$400 por dia de ofício.<sup>82</sup>

As obras públicas realizadas no ano de 1850 terminam com as obras de calçamento do passeio da Rua da Esperança, via esta que ligava o Largo da Sé ao largo de São Gonçalo. Esta obra teve a supervisão do mestre-pedreiro José Catherina, que recebeu a quantia de 1\$000 diários, e o auxilio do servente livre Anselmo, sendo remunerado em \$400 por jornada.

---

<sup>81</sup> MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo, 1554 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4).

<sup>82</sup> Sobre as procissões ver nota de Oliveira, Maria Luiza Ferreira de. Op. cit. p. 34

## 1855: Do Matadouro à Ladeira do Carmo

Por força de contrato, firmado em 1851, entre a Câmara Municipal e o engenheiro francês Aquiles Martin d'Estadens ficou estipulada a edificação do Matadouro, com projeto de C.A. Bresser. Em agosto de 1852 foram concluídas as obras do Matadouro Público, situado entre as ruas Humaitá e Pitangui, sendo inaugurado neste mesmo mês. No entanto, desde sua abertura, a população da cidade passou a conviver com o desagradável odor que emanava do Tanque do Matadouro, cujas águas eram constantemente despejadas no rio Anhangabaú e seguiam para o tanque do Bexiga, ponte do Lorena, ponte do Acú (ou Abdicação) e ponte Miguel Carlos<sup>83</sup>.

Durante os anos que se seguiram, até a transferência do Matadouro para a Vila Mariana em 1887<sup>84</sup>, diversas intervenções foram realizadas afim de que as águas fétidas do sangue das rezes ficassem confinadas no Tanque a elas destinado. Em 1855, três obras foram fomentadas pela edilidade com esse intuito. A primeira delas aconteceu no mês de janeiro e teve a mão-de-obra de quatro galés, divididos em duas correntes. Na primeira corrente estavam Liandro e Cacemiro e na segunda, José Paulino e João Antonio. Cada um dos trabalhadores recebia uma fêria de \$100 por cada dia de trabalho. A supervisão dos presos foi feita por Antonio Joaquim Cardozo, feitor da cadeia que, por sua vez, era recompensado com \$320 por dia. A segunda obra efetuada no Matadouro traz de volta o já conhecido mestre Ludobico, que por 2\$500 diários comandava um grupo de oito escravos. Os pedreiros Fortunato, Francisco e Joze que, apesar da mesma função desempenhada, recebiam pagamentos desiguais. O primeiro ganhava 1\$280 por dia de trabalho, enquanto os outros dois recebiam 1\$000 e \$800, respectivamente. Os serventes eram José, Candido, Lucas, Gregório e Felix, todos escravos e recebendo a mesma quantia de \$480 diários. Por fim, a última intervenção no Tanque do Matadouro serviu apenas para fazer alguns acabamentos na obra anteriormente executada, e por essa razão dispensou o emprego de pedreiros. Nesta ocasião foram empregados os escravos serventes José, Joaquim, Gregório e Pedro que por cada dia trabalhado recebiam \$480. Para melhor entendermos o real significado dos

---

<sup>83</sup> MARTINS, Antonio Egydio. São Paulo Antigo, 1554 a 1910. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (Coleção São Paulo, vol. 4).

<sup>84</sup> O Matadouro da localizado na Vila Mariana e que substituiu àquele antigo situado na rua do Humaitá, fora financiado pela venda de alguns prédios que a Câmara possuía na Ladeira do Carmo. O projeto da planta do novo Matadouro havia sido realizado pelo engenheiro Alberto Kuhlmann.

valores pagos aos trabalhadores da construção civil a serviço da municipalidade, é interessante lançar olhos para algumas questões.

De acordo com Maria Odila, apenas com os gastos de alimentação um escravo custaria, em média, entre 50 a 100 réis por dia ou cerca de 20\$ a 36\$ por ano. Em relação aos gastos com vestuário os valores oscilavam entre 4\$060 e 4\$200 ao ano. Ao somarmos as despesas de vestuário e alimentação chegaríamos à cifra de 30\$ a 40\$ por ano, apenas com gastos para a subsistência básica.<sup>85</sup> Ao levarmos em consideração a crise europeia de 1847, que reduziu drasticamente a exportação cafeeira e, por conseguinte, forçou uma elevação inflacionária por, ao menos, dois anos<sup>86</sup>, poderemos intuir que nos anos 50 do século retrasado, os custos necessários para a manutenção de um escravo na cidade de São Paulo haviam crescido consideravelmente.

Convém aqui documentarmos que a carestia e o aumento dos preços de gêneros alimentícios de primeira necessidade, impulsionados pelas crises de 1847 e, posteriormente, pela crise de 1857, diminuíram o poder de compra de grande parcela da sociedade, principalmente aqueles menos remediados. Segundo Dorival Vieira, a economia brasileira expunha facilmente sua fragilidade, pois ao encontrar-se dependente da exportação da produção cafeeira, o país ficava refém da demanda externa, além de sentir rapidamente os efeitos de depressões econômicas europeias e norte-americanas, cujos efeitos abalavam toda a economia brasileira.<sup>87</sup> Por outro lado, uma lei criada em 1853 permitia que os bancos emitissem notas em até duas vezes o valor líquido de seu capital, o que contribuiu para a intensificação da inflação no país e o aumento de 50% em dois anos do meio circulante<sup>88</sup>. O aumento da circulação de notas emitidas por bancos, o crescimento da exportação cafeeira e a liberação de recursos para investimentos após a proibição do tráfico negreiro estimularam uma hiper valorização dos papéis negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro que durou aproximadamente sete anos. Durante esse período o Banco do Brasil e a ferrovia D. Pedro II passaram a negociar suas ações na Bolsa de Valores, contribuindo para o agravamento especulatório. Grande parte das instituições de crédito encontrava-se

---

<sup>85</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 130-131

<sup>86</sup> VIEIRA, Dorival Teixeira, "A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro", *Revista de Administração*, São Paulo, junho de 1947

<sup>87</sup> VIEIRA, Dorival Teixeira, "A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro", *Revista de Administração*, São Paulo, junho de 1947

<sup>88</sup> Ver gráfico da Emissão de papel moeda em Anexo.

envoltas com a especulação de ações e câmbio, além de financiar outros especuladores de mercadorias e ações, pressionando o frágil sistema financeiro brasileiro<sup>89</sup>.

O reflexo destas medidas resultou na perda de poder aquisitivo de parte da população e contribuiu para o aumento dos preços de gêneros alimentícios, sobretudo em regiões com menor expressão econômica como São Paulo. Por exemplo, em 1836 cem gramas de toucinho, poderia ser negociado por cerca de 20 réis<sup>90</sup>, já em 1857 a mesma quantidade era vendida por 80 réis<sup>91</sup>, no ano de 1875 as mesmas cem gramas de toucinho era comercializado por quase 100 réis<sup>92</sup>. Dessa maneira podemos imaginar as dificuldades vivenciadas por nossos sujeitos, uma vez que os valores de suas jornadas de trabalho mal cobriam os gastos necessários para a sobrevivência mínima. Voltemos às obras.

A calçada da Rua Direita – importante via que ligava o Largo da Sé, passando pela Igreja da Misericórdia, formava o célebre Quatro Cantos ao cruzar a Rua de São Bento e desembocava na rua de São José – sofreu diversas obras de reparo ao longo do ano de 1855.

---

<sup>89</sup> Schulz, John. A crise financeira da abolição. São Paulo:Edusp, 1996.

<sup>90</sup> Dias, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.130

<sup>91</sup> Idem p. 130

<sup>92</sup> Maria Luiza Ferreira de. Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização. São Paulo:Alameda, 2005. p. 274

Fig.4



Rua Direita. Nesta foto a rua já encontrava-se alinhada e calçada, ao fundo pode-se ver a torre da Sé.

Em janeiro desse ano, os escravos pedreiros Francisco claro e José recebiam cada um a quantia de 1\$000 por jornada de trabalho para realizar a manutenção da calçada em diversos pontos desta via. Para tanto, receberam o auxílio dos serventes, e também escravos, Candido e Lucas, a quem foram pagos \$480 por dia. Percebemos aqui, a alta inflacionária achatando o poder aquisitivo dos pedreiros, cujo salário vai cada vez mais se distanciando do valor do aluguel das jornadas cobrado pelos senhores donos de escravos.

Pouco tempo depois, o fiscal Francisco Antonio de Borba recebia ordens para formar um grupo de trabalhadores com a incumbência de, novamente, realizar reparos na calçada em diversos pontos da Rua Direita. Desta vez foram empregados, além de Francisco claro e José, o escravo pedreiro Fortunato que, ao invés de receber 1\$000 por dia como seus companheiros, por cada dia trabalhado era pago 1\$280. Os serventes desta obra eram os escravos Antonio e Manoel, que pelo papel desempenhado, recebiam \$480. Algum tempo se passou até que no mês de junho deste mesmo ano outro grupo foi formado para realizar o mesmo serviço. Nesta ocasião, quatro trabalhadores foram

contratados pela Câmara, sendo dois pedreiros e dois serventes. Os pedreiros eram os escravos Francisco e Jose, que recebiam 1\$000 e \$800, respectivamente. Os serventes eram Manoel e João, escravos que receberam \$480 por cada dia.

Seguindo pela Rua Direita em direção da Sé, mais ou menos no meio deste trajeto, vemos abrir diante de nós uma praça triangular, que tinha como vértices a própria Rua Direita, a Rua do Príncipe e Rua do Comercio. No centro, a velha Igreja da Misericórdia aparecia imponente e ainda emprestava suas paredes para que ali fossem fixados os editais da Câmara Municipal. Em frente ao templo, estava o chafariz de mesmo nome, construído, com muito capricho, anos antes por certo Joaquim Pinto de Oliveira, o mítico Tebas, e que permaneceria no Largo até 1886<sup>93</sup>. Em 1855, porém, a obra-prima do lendário construtor, encontrava-se seca e inutilizada. O chafariz da Misericórdia, ponto de encontro de muitos negros da cidade, não tinha uma gota de água, pois seus encanamentos estavam totalmente comprometidos. Em fevereiro deste ano, por ordem da Câmara Municipal, os escravos pedreiros Francisco e Salvador foram requisitados para iniciar a obra que traria de volta as águas ao velho chafariz. Como ajudantes estavam os escravos serventes Joaquim, Gregório e Deocleciano, que receberam a quantia de \$480 por dia. Já os pedreiros, receberam como pagamento a importância de 1\$000 cada um, por jornada de trabalho.

Aos que desejassem seguir até a Sé, partindo do Largo do Carmo, seria necessário percorrer uma sinuosa via que cruzava as ruas das Flores, do Quartel, da Esperança e a de São Gonçalo<sup>94</sup> para, ao fim, chegar aos fundos da Catedral da cidade. Próximo a Rua do Quartel estava o convento de Santa Tereza, que emprestava seu nome a esta via.

---

<sup>93</sup> Marques, Gabriel. Ruas e Tradições de São Paulo. Conselho estadual de Cultura, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1966.

<sup>94</sup> Em seu trabalho, Maria Luiza de Oliveira menciona alguns moradores destas ruas,

Fig. 5



Visão da cidade a partir da Rua de Santa Tereza.

No ano de 1855, ao que tudo indica o calçamento ao longo da via encontrava-se em péssimo estado de conservação e, por isso, houve duas obras que tentaram remediar tal situação. A primeira delas ocorreu no mês de janeiro e foi executada por cinco trabalhadores, sendo três pedreiros e dois serventes. Esta empreitada teve a liderança do escravo pedreiro Fortunato, que recebeu como pagamento 1\$280, auxiliado pelos pedreiros Francisco claro e José que, por sua vez, tiveram como recompensa a quantia de 1\$000 diários. Os serventes empregados na obra de restauro da calçada da Rua de Santa Teresa eram os escravos Antonio e Manoel, ganhando por cada dia de trabalho o valor de \$480. Algum tempo depois, novamente formou-se uma equipe de trabalhadores com a responsabilidade de finalizar os consertos da calçada da dita rua. Desta vez, recebendo a quantia de 1\$000 diários, os pedreiros e escravos Francisco, Jose e Joaquim dividiam a tarefa de liderar as obras e comandar os serventes Antonio e Deocleciano. Cada servente recebia \$480 por cada jornada de trabalho.

Por fim, o ano de 1855 termina com obras de concertos de algumas casinhas e chiqueiros de porcos localizados em terrenos municipais na Ladeira do Carmo, um pouco abaixo do Convento. Os reparos feitos nestas casas de porta e janela erguidas em



taipa tiveram a mão-de-obra dos escravos Jose e Joaquim, na função de pedreiros, e o auxílio do servente João. Cada pedreiro recebeu 1\$000 por dia, enquanto o servente contentou-se com \$480.

## 1860 : Trabalho de Preso

É interessante notarmos que a carestia dos gêneros alimentícios e a falta de verba da Câmara fez-se obrigatório nas obras públicas mudar o quadro de trabalhadores, como resultado, cada vez mais a Câmara Municipal da Capital empregava presos em suas obras. Talvez o motivo fosse uma maior economia no investimento empregado, no entanto o motivo real não pôde ser aferido. O fato em questão é que houve uma crescente utilização deste tipo de mão-de-obra e, ao longo de todo ano de 1860, poucas foram as obras em que a mão de obra empregada fosse de escravos ou livres, como anteriormente vimos. Neste período, lembramos que a inflação atingia índices críticos, culminando mudanças no comportamento social, em relação à contratação de pessoas para prestar algum tipo de trabalho. Os escravos migram para as fazendas enquanto produtores de café enfrentavam a crise dos preços do café e a necessidade de aumentar sua produção na tentativa de manter o retorno das exportações.<sup>95</sup> Enquanto isso, em São Paulo a Câmara enfrentava uma crise financeira por falta de repasse das verbas advindas dos impostos, já que grande parte do que fora arrecadado ficava com o governo provincial<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Em relação às crises de exportação cafeeira ver Flavio A M de Saes O café e as ferrovias e A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira e MUNHÓS, WILSON TOLEDO Contratos, salários e paternalismo: o trabalho forçado em São Paulo na segunda metade do século XIX. SP, 1997. 195p. (Doutorado) Saliba, Elias Thomé, or.

<sup>96</sup> Quanto à crise financeira da administração provincial ver TELAROLLI, RODOLPHO (1933) A Organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na primeira republica. SP, 1981. 2v. (Doutorado) Wright, Antonia Fernanda Pacca de Almeida, or. e TESSITORE, VIVIANE (1952) Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892) SP, 1995. 395p. (Mestrado) Camargo, Ana Maria de Almeida, or.

Fig.6



Rua do Carmo, próximo ao largo homônimo.

Em janeiro, o Pátio do Carmo recebeu um grupo de oito presos que realizaram uma série de trabalhos de conservação e manutenção do espaço em frente ao Convento. Esses trabalhos iam desde a limpeza do Largo e destruição de formigueiros – queixa comum neste meio de século – até serviços mais pesados, como reparos de muros e calçamentos. Os presos aqui empregados recebiam uma fêria fixa de \$100 diários, independentemente dos serviços prestados. Nesta ocasião estiveram trabalhando os presos Joaquim Grande, João Buqueira, Inocência, José Papudo, Albino, Agostinho, Manoel e José.

A Rua das Casinhas, localizada entre a Rua do Comercio e a Rua do Rosário, era um tradicional ponto de venda de produtos alimentícios. Desde o começo do século XIX diversas quitandeiras dirigiam-se a esta rua para venderem verduras, legumes, frutas, leite, aves e ovos. Esses gêneros eram expostos na calçada ao longo de toda a viela, formando um grande mercado ao ar livre.

Em 1860 cinco obras foram realizadas na Rua das Casinhas e em todas elas o trabalho foi realizado por galés da Câmara. A primeira delas teve início no mês de

janeiro e contou com a presença de dois presos que receberam a quantia de \$100 diários, eram eles o Jacinto Pedreiro e Joaquim Janjão. Próximo do fim deste mês, este grupo foi ampliado e além dos trabalhadores já citados, juntaram-se ao trabalho os presos João Henrique e Vicente José<sup>97</sup>. Vale ressaltar que não foi possível determinar que tipo de trabalho estava sendo realizado, mas sabemos que o trabalho requeria algum conhecimento mais especializado. É nessa esteira que no dia 1º de março, o fiscal da Câmara, Rufino Mariano Barros, informava o seguinte:

*“Feria dos prezos q. trabalharão de pedreiro na rua das Casinhas. Portaria de 25 de Fevrº de 1860 que me ordeno que o galé Jacinto Pedreiro que pasava a ganhar 160 por dia, e tirando-se os atrasados do dia 4 do corre. mez.*

*Jacinto Pedreiro 11 dias a 160 – 1760*

*Joaq.m Janjão 5 dias a 100 – 550*

*João Henrique 5 dias a 100 – 550*

*João da Penha 5 dias a 100 – 550*

*São Paulo 1º de Março de 1860*

*Rufino Mariano de Barros*

*Fiscal”<sup>98</sup>*

Qual seria o motivo pelo qual a Câmara Municipal da cidade ordenava que o dito Jacinto Pedreiro, passasse a receber uma quantia maior do que seus colegas? Essa é uma das muitas questões que não podemos responder com certeza. O mais provável seria que o preso Jacinto desempenhasse um trabalho com qualidade superior que os outros, ou também, como seu próprio nome diz, fosse realmente um pedreiro de ofício e a Câmara julgou por bem recompensá-lo como tal. O fato é que em todas as obras que seus serviços foram requisitados, a partir desse momento, ele receberia uma quantia maior que os demais.

---

<sup>97</sup> Em seu trabalho Quotidiano e poder, Maria Odila fornece dados sobre a Rua das Casinhas e das pessoas que ali residiam com licença fornecida pela municipalidade

<sup>98</sup> Papéis Avulsos, Livro 189, p.5. Arquivo Municipal Washington Luís.

Fig.7



Rua das Casinhas, em frente o sobrado de três andares de Domingos Paiva

As obras na Rua das Casinhas prosseguiram e, mais uma vez, Jacinto Pedreiro estava à frente dos trabalhos. Além dele, estavam nesta obra os já citados Joaquim Janjão, João Henrique e João da Penha recebendo os costumeiros \$100. O grupo se repetiu mais uma vez e, aparentemente, as obras nesta rua foram concluídas com êxito, uma vez que não consta nenhuma outra intervenção nesta rua. As quitandeiras puderam retomar sua rotina.

Ao atravessarmos a ponte do Acú em direção ao Morro do Chá, seguiríamos pela extensa Rua de São João até chegarmos em um grande descampado, onde, aos domingos, muitas pessoas reuniam-se para acompanhar as animadas cavalcadas ou algum circo que estava de passagem pela capital. Este local era conhecido como Campo dos Curros. Nesses dias de 1860, o descampado já possuía, em sua parte mais alta, algumas dezenas de casas que se enfileiravam alterando o cenário que ainda servia aos divertimentos dominicais. Foi no Campo dos Curros que, em fevereiro, teve início uma

obra que deveria planificar o terreno. A obra ficou a cargo dos presos Joaquim Grande, Martinho, Manoel, Jose, Federico, Domingo e Joaquim Braz, que receberam \$100 por dia de trabalho.

## 1869-1870: Alguns imigrantes

Com o avançar dos anos, a cidade de São Paulo começava a esboçar sua vocação como um grande centro cosmopolita. O fim dos anos 60 trouxe o aumento, cada vez mais crescente, de estrangeiros, principalmente europeus, que contribuíram para o crescimento demográfico da capital provincial. A análise das ordens de serviços prestados à Municipalidade nos traz evidências sobre a preferência ao emprego de mão-de-obra estrangeira, convergindo com as conclusões de Carlos J. F. dos Santos<sup>99</sup>.

Ricardo Sales, em seus estudos sobre a Guerra do Paraguai, relata que a cidade sofria não somente a falta de mão de obra escrava, mas também as conseqüências da ausência de moeda em circulação e da inflação de gêneros alimentícios. Além disso, a partir de Campinas, os fazendeiros de café, sobretudo os considerados como mais importantes para a economia cafeeira, passou a ter a incumbência de também fornecer alimentos, por Mato Grosso às tropas de soldados. Assim, de acordo com a documentação referente aos anos 1869 e 1870, pudemos verificar a presença cada vez menor de trabalhadores escravos que, por outro lado, dava lugar a um número crescente de negros libertos, nacionais livres e, em menor escala, alguns estrangeiros.

Paralela à Rua de São Bento e margeando o belo Vale do rio Anhangabaú, estava a Rua Nova de São José. Esta via foi aberta entre os anos de 1786 e 1788, a mando do governador interino Capitão-General Marechal Frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo, que, para homenagear seu santo de devoção, chamou-a de São José. Porém, em 1869 a Câmara Municipal reunia alguns trabalhadores para realizar melhorias no calçamento e na calçada desta via

Os serviços realizados na Rua de São José contaram com o trabalho de dez trabalhadores livres, sendo dois mestres-pedreiros, quatro pedreiros e quatro escavadores. Os alemães Francisco Schneider e José Heil recebiam 3\$000 diários para desempenharem a função de mestre-pedreiro<sup>100</sup> O alemão João Albrecht, o português Manoel Domingos e os nacionais Florêncio Antonio e A. José Rodrigues eram os quatro pedreiros empregados na obra da Rua de São José e, por cada dia de trabalho, recebiam 1\$800. A ocupação de escavador não havia aparecido nas ordens de pagamento dos

---

<sup>99</sup> SANTOS, CARLOS JOSE FERREIRA DOS. A população pobre nacional na cidade de São Paulo: virada do século: 1890/1915. SP, PUC1995. 263p.

<sup>100</sup> Em relação às atividades exercidas por imigrantes alemães na cidade, consultar Siriani, Silvia Cristina Lambert. Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003. p. 101-182

anos anteriores, contudo este ofício consistia na retirada de terra da via para que houvesse um perfeito alinhamento para execução do calçamento. Os trabalhadores contratados como escavador eram José Lisboa, J. Maria da Glória, João Antonio da Silva e Lino Sales de Oliveira, remunerados em \$500 por dia.

Com o aumento do fluxo de comerciantes, aliado a uma procura cada vez mais intensa por gêneros alimentícios, o Mercado da cidade tornava-se pequeno demais para abrigar um contingente crescente de pessoas. Na tentativa de sanar este desconforto, a Câmara Municipal, em outubro de 1869, autorizava a expansão da Praça do Mercado. A empreitada, realizada em seis dias, contou com a mão-de-obra dos pedreiros João Thomaz, nacional livre, e Henrique Häipe, alemão, que receberam auxílio de Romão, negro que, provavelmente, era escravo. A remuneração de cada trabalhador, aparentemente, foi determinada levando-se em conta a condição do empregado e a hierarquia do cargo ocupado, ou seja, o pedreiro estrangeiro recebia um valor maior do que um pedreiro aqui nascido que, por sua vez, possuía uma maior valorização se comparado com um servente escravo. Portanto, nesta ocasião o alemão Häipe recebeu 3\$000 por dia, ao pedreiro João Thomaz coube o valor de 2\$500 diários, enquanto que o servente Romão ficou com 1\$200 por jornada.

Ao descer a Rua da Constituição, tendo às costas o Mosteiro de São Bento e em direção ao Convento da Luz, atravessaríamos uma pequena ponte de pedra sob o rio Anhangabaú e chegaríamos à Rua de Miguel Carlos, assim denominada por margear a chácara de propriedade do Dr. Miguel Carlos Ayres de Carvalho, procurador da Coroa entre os anos de 1786 e 1788. No ano de 1869, a ponte de Miguel Carlos apresentava problemas em sua estrutura devido à falta de conservação, representando risco àqueles que por ali transitassem. Dessa maneira, a Câmara Municipal ordenava que fossem realizados os devidos consertos para reverter o perigo que a ponte oferecia e, para tanto, foram contratados pelo fiscal do distrito do Norte, Flaminio Alves Ramos, os pedreiros Joaquim Antonio Barbosa e o alemão Henrique Häipe, além do servente Benedicto Pires. Mais uma vez o valor pago a cada trabalhador foi determinado em função da origem e da hierarquia de funções ocupadas. Por esse motivo o pedreiro alemão Henrique Häipe recebeu a quantia de 3\$000 por dia, a Joaquim Antonio Barbosa foram pagos 2\$500 e ao servente Benedicto Pires restou contentar-se com 1\$500 por cada jornada de trabalho.

Como já era praxe, durante os primeiros meses do ano eram realizados diversos serviços de conservação e manutenção nas imediações dos mais importantes templos



religiosos da cidade, assim como nas ruas em que as procissões da Semana Santa percorreriam. Por esse motivo, de janeiro até março de 1870 ocorreram diversas obras que tinham o objetivo de limpar os largos e pátios, realizar consertos no calçamento e passeio das vias e reparos necessários para o embelezamento da cidade. Em janeiro desse ano o Pátio do Carmo, mais uma vez, foi alvo dos esforços municipais. Foi determinado ao feitor José Pedro de Andrade que reunisse trabalhadores competentes para que executassem os serviços de limpeza e manutenção no Pátio da dita igreja. Como o trabalho a ser executado não necessitava de nenhuma competência especializada, foi reunido um grupo de oito serventes escravos e livres. Entre os trabalhadores livres estavam o imigrante Frank Jorge Dae, João Victorino Ribeiro da Cruz, Antonio José Leite, André Lopes e o africano livre João<sup>101</sup>. Entre os trabalhadores que amargavam o trabalho compulsório estavam Romão, Justino Cavalheiro e Miguel da Luz. Todos foram contemplados com a quantia de 1\$500 por cada dia trabalhado.

Terminada as intervenções no Pátio do Carmo, coube ao feitor José Pedro de Andrade novamente reunir braços dispostos ao trabalho de manutenção, limpeza e conservação de diversos pontos da cidade. Durante uma semana oito serventes, sendo quatro livres e quatro escravos, percorreram várias ruas da cidade realizando serviços que iam desde a extinção de formigueiros até reparos no calçamento de vias públicas. Independentemente de ser escravo ou livre, cada servente recebia a quantia de 1\$500 por dia. Entre os livres estavam o africano liberto Mathias, João Antonio de Barros e Pedro Correa de Mello. Já entre os escravos empregados estavam João Vieira, Benedito Alvim, Justino Cavalheiro e João Cavalheiro. Assim, uma semana de cinco jornadas de trabalho, o valor pago era de 7\$500, já que, com a expansão das fazendas e de instalação da ferrovia Santos Jundiaí, desencadeou certa concorrência e rebaixamento dos salários dos trabalhadores da câmara que, até então, recebiam bem menos.

---

<sup>101</sup> Mais informações acerca do trabalho de ex-escravos ver Bertin, Enildece. Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2004.

## **1875: Novos tempos, Velhos problemas**

Com o passar dos anos, a cidade de São Paulo se afirmava como um pólo econômico expressivo, assistia a um crescimento demográfico vertiginoso e ocupava regiões além do famoso perímetro histórico. No entanto, alguns problemas teimavam em persistir. No ano de 1875 as obras fomentadas pela edilidade municipal permaneciam semelhantes aos períodos anteriores. Em março deste ano o fiscal Antonio Pinto Praxedes Guimarães recebeu a incumbência de reunir trabalhadores competentes para realizar mais uma obra de melhorias na Praça do Mercado. Por 13 dias foram realizados serviços de ampliação e conserto na dita Praça. Nesta ocasião o mestre pedreiro Simão Antonio Fernandes, recebendo 4\$000 por dia, liderava o já conhecido pedreiro e escravo Fortunato e o servente livre João Antonio Mendes, que receberam 2\$000 e 1\$000 respectivamente.

Considerada uma das ruas mais antigas da cidade, a Rua de Santo Antonio era a continuação da Rua Direita, passava em frente à Igreja de Santo Antonio e, com um forte declive, seguia em direção ao Campo dos Curros, atravessando a antiga chácara do Bexiga. Contudo, em 1875 a Ladeira de Santo Antonio apresentava alguns problemas em relação aos encanamentos do esgoto, fato que causava inúmeros constrangimentos aos moradores e transeuntes que por ali passavam. Com o intuito de sanar tais aborrecimentos, a Câmara Municipal ordenou ao fiscal Virgilio Goulart Penteado que escolhesse alguns trabalhadores para iniciar as obras nesta rua. Durante aproximadamente um mês o pedreiro Joaquim d'Almeida e o servente Casciano Alvim estiveram envolvidos nos trabalhos de renovação dos encanamentos do esgoto desta via. Para tanto, cada operário teve estipulada como fêria a quantia de 4\$000, o primeiro, e 2\$000, o segundo, por cada dia de serviço.

Com a proximidade das comemorações da Semana Santa, mais uma vez a cidade organizava os preparativos para as afamadas festas e procissões. Foi com este fim que, de março a abril, foram organizados três grupos de trabalhadores incumbidos de realizar a limpeza, consertos e reparos nas imediações dos principais templos e nas ruas onde as procissões percorreriam.

Fig.8



Vista do Largo São Francisco e da Academia de Direito. Esse local recebia diversos cortejos durante as comemorações de Páscoa

Embora os trabalhos realizados por esses grupos tivessem ocorridos em períodos diferentes, a base dos trabalhadores empregados foi mantida. O primeiro grupo, que atuou entre os dias 15 e 20 de março, foi formado por cinco trabalhadores sendo um pedreiro e quatro serventes. Ao pedreiro Antonio Correia da Silva foi oferecido a quantia de 5\$000 diários, enquanto aos serventes Antonio Barbado, Benedicto Alves, José Alves e o escravo João restou o valor de 2\$000 por dia de trabalho. O segundo grupo teve seu trabalho realizado no período de 5 a 17 de abril e, mais uma vez, contou com a presença do pedreiro Antonio Correia da Silva, que continuou recebendo 5\$000 por dia, e dos serventes Antonio Barbado, Benedicto Alves, José Alves e os escravos João Rudge e Antonio Francisco, que por jornada de trabalho recebiam os mesmos 2\$000. Por fim, o último grupo de trabalhadores responsáveis por consertos e reparos em diversos pontos da cidade, foi formado pelo pedreiro Antonio Correia da Silva e pelos serventes Antonio Barbado, Benedicto Alves, José Alves e o escravo João. As quantias recebidas por cada servente persistiram em 2\$000 por dia enquanto o pedreiro Antonio continuou recebendo os costumeiros 5\$000. Em setembro acontecia a última obra registrada no ano de 1875. Fomentada pelo fiscal do distrito do Norte João Antonio

d'Azevedo, os trabalhadores contratados pela municipalidade além de promover a limpeza de algumas ruas da cidade deveriam apedregulhar a, já mencionada, Rua de São José. Para este serviço foi empregado o carroceiro Frederico Nordém, recebendo 3\$500 por dia, e os serventes Benedicto Alves e Joaquim Osório, a quem foram pagos 2\$000 a cada dia trabalhado.

## 1889-1890: Italiano siamo noi

A cidade de São Paulo, durante a última década do século XIX, já se distanciava da fisionomia que lhe era familiar durante os anos e século anteriores. Novos bairros foram surgindo na mesma medida que as antigas chácaras eram loteadas e comercializadas. O aumento populacional chamava a atenção e novos idiomas eram cada vez mais escutados por ruas e avenidas de uma São Paulo que se acostumava com os efeitos progressistas da modernização. Os trabalhos braçais, antes realizados a custa do suor de negros escravos, agora seguia o compasso dos compatriotas de Dante. Por outro lado, a Câmara Municipal, que por anos concentrou o fomento, a execução e o pagamento de obras públicas em seu seio, agora criava a Comissão de Obras que, por meio do trabalho de engenheiros e técnicos, deveria determinar e fiscalizar as melhorias e reparos realizados na cidade.

Na documentação consultada, porém, houve uma grande dificuldade em encontrar ordens de pagamento referente aos trabalhos desta Comissão de Obras. Após a exaustiva leitura de inúmeros volumes referentes ao biênio 1889-1890, apenas duas obras foram mencionadas. A primeira, ocorrida na Ladeira do Carmo, foi alvo de constantes discussões pelos membros da Câmara devido a uma falta de comunicação entre o fiscal responsável pela obra, a Comissão de Obras e a presidência da Câmara. No dia 23 de maio de 1889, o administrador responsável pelas obras de calçamento da Ladeira do Carmo, Manoel I. de Vasconcellos, enviou ao presidente da Câmara Domingos Sertório a seguinte epístola:

*“Illmo Snr. Presidente e mais vereadores a Camara Municipal de S. Paulo*

*Diz Manuel I. de Vasconcellos que é credor desta Camara da quantia de 447\$300, proveniente de mão de obra e fornecimento de material empregado no serviço da Ladeira do Carmo deste município, como tudo se ve do documento junto; pelo que vem requerer a V.Ss. que satisfeitos as exigências legaes, seja ordenado o pagamento da quantia acima ao Supp.e*

*São Paulo, 23 de maio de 1889.*

*Manuel I. de Vasconcellos”<sup>102</sup>*

---

<sup>102</sup> Papéis Avulsos, Livro 605, p. 37. Arquivo Municipal Washington Luís

De acordo com o balanço de despesas enviado à Câmara, o dito administrador havia iniciado os reparos no calçamento da Ladeira do Carmo em 1º de setembro de 1887, ou seja, dois anos antes e, desde então, aguardava pelo recebimento daquilo que lhe era devido. Prontamente, a Câmara Municipal reuniu os envolvidos no caso e procurou entender o que de fato havia ocorrido. Inicialmente o engenheiro da Câmara Luiz C. do Amaral Gama apresentou a seguinte explicação:

*“S. Paulo, 24 de agosto de 1889*

*Na petição que junto devolvo solicita Manoel Inocencio de Vasconcellos pagamento da ferias relativa aos serviços feitos na Ladeira do Carmo, durante os mezes de Abril a Agosto de 1887, na importancia de 447\$300 reis.*

*Informando, devo declarar a V.S<sup>a</sup> que com effeito o requerente administrou por algum tempo o serviço de empedramento e calçamento das sarjetas da referida ladeira. Aconteceu, porem, que em vista da morosidade com que caminhava o serviço, porque durante aquelles mezes o pessoal da turma resumia-se no feitor e um ou dous trabalhadores, além disso trabalhando apenas 1 a 3 dias em cada mez; resolvi substituir a turma por outra.*

*Muito tempo depois de concluída o trabalho foi-me apresentada a ferias que acompanha a petição de que me occupo.*

*Em vista d'isso tive [ilegível] em apresental-a a Camara, e por esta razão está ainda por se pagar*

*Deus Guarde a V.S<sup>a</sup>*

*Ilmo. Snr<sup>o</sup> Major Domingos Sertório*

*Prezid. Da Camara Municipal*

*Luiz C. do AM.al Gama*

*Eng<sup>o</sup> da Camara ”<sup>103</sup>*

O caso que havia iniciado anos antes permanecia em um impasse. De um lado o administrador queria receber a quantia que lhe era cabida por direito, do outro o engenheiro afirmava que o serviço prestado não foi satisfatório e, ainda por cima, houve demora em receber o balanço referente ao trabalho realizado, impossibilitando o

---

<sup>103</sup> Papéis Avulsos, Livro 605, p. 33. Arquivo Municipal Washington Luís

pagamento da dívida. Mais uma vez, Vasconcellos envia uma petição à Câmara cobrando o acerto da pendência.

*“Illm.os Snr.s Prezidente e membros da Camara Municipal*

*Manoel Inocência de Vasconcellos lendo no expediente dos trabalhos da Camara em sessão de 6 do corrente o parecer da Comissão de Obras sobre o requerimento do Supp.e qm que pedia o pagamento da quantia de 447\$300 rs vem ponderar a V.V.S.S.as que o Supp.e não foi quem concluiu o serviço e que não podia apresentar a fêria de quinze em quinze dias por haver quinzenas em que só trabalhava um homem e outras em que era impossível trabalhar pelo tempo chuvoso, ou falta de materiaes. Si a Camara examinar as férias verá que essa quantia não foi paga e que não é justo que homens que vivem do suor de seu trabalho como os constringentes da fêria apresentada sejam credores da Camara desde 1887 até hoje. O Supp.e a vista do exposto pede de novo que a Camara mande pagar a quantia pedida sem mais delongas.*

*E por ser de justiça, pede deferimento favoravel*

*São Paulo, 12 de novembro de 1889*

*Manuel I. De Vasconcellos*”<sup>104</sup>

Desta vez, o último pedido de Vasconcellos causou comoção aos membros da Câmara que solicitaram uma revisão das contas da administração anterior e constataram que, de fato, houve um erro na contabilidade. Dessa maneira, restou ao contador da Câmara analisar os livros de finanças e concluir o seguinte:

*“Conforme a declaração do Snr. Engenheiro da Camara e pelo registro de balancetes desta repartição não consta que tenha sido paga a Manoel Innocencio de Vasconcellos a importância da fêria anexa de 447\$300.*

*Cont<sup>a</sup> 31 de dezembro de 1889*

*O Cont.or Jesuino Mello*”<sup>105</sup>

Por fim, a Câmara Municipal autorizava o pagamento da quantia requerida por Manuel de Vasconcellos. É interessante salientar que a grande maioria dos trabalhadores empregados nesta obra era composta por mão-de-obra imigrante, como veremos a seguir. Assim, o próprio Manuel I de Vasconcellos na qualidade de

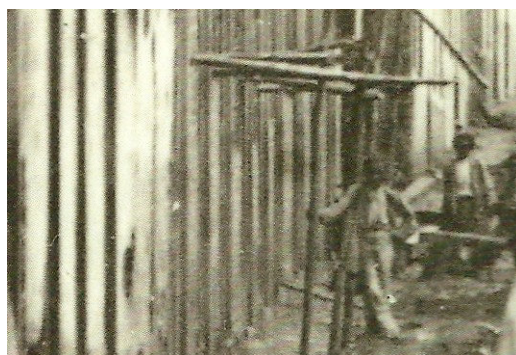
---

<sup>104</sup> Papéis Avulsos, Livro 605, p. 35. Arquivo Municipal Washington Luís

<sup>105</sup> Papéis Avulsos, Livro 605, p. 35b. Arquivo Municipal Washington Luís

administrador recebia o valor de 3\$000 por dia de trabalho, enquanto os calceteiros Domingos Niero, Caetano Blois, Rafael Fusaro, João Poli e Manuel Victorino eram recompensados com a quantia de 4\$000 diários. O restante dos trabalhadores eram os serventes Vicente Alberto, João José de Carvalho, Antonio Lausent, Antonio Galota e Antonio Baloti, os quais tinham como pagamento a quantia de 2\$000 por dia de trabalho<sup>106</sup>. A segunda, e derradeira, obra levantada no ano de 1890 aconteceu na Rua do Comercio e foi realizada inteiramente por operários italianos. Esta via partia do chamado Beco do Inferno e seguia em direção ao Largo da Misericórdia, atravessando a Rua do Cotovelo e o Beco da Cachaça. Além disso, a Rua do Comércio era endereço de importantes estabelecimentos como a loja de ferragens de Francisco Sampaio Moreira<sup>107</sup>, a farmácia de Joaquim Pires de Albuquerque Jordão<sup>108</sup> ou ainda a tipografia do Diário Mercantil<sup>109</sup>. No entanto em 1890, a Rua do Comércio necessitava de reparos em seu calçamento e, com esta finalidade, o fiscal da Comissão de Obras, Leite Queimado, recrutou trabalhadores dispostos e competentes para a execução deste serviço. Como administrador e mestre calceteiro foi contratado o italiano Nicolau Grosi, que teve a incumbência de reunir o restante do grupo. Foram chamados nove operários, divididos em quatro calceteiros e cinco serventes. Entre os calceteiros estavam Antonio Frano, Vicente Figliolino, Francisco Partovero e Francisco Iantoro, recebendo cada um 4\$000 por dia. Os serventes empregados nos consertos do calçamento desta via eram Antonio Marino, Nicola Mônico, Geovani Farino, Giovani Russo e Domenico Lafusa e recebiam a quantia fixa de 2\$000 diários.

Fig. 9



Detalhe ampliado de uma foto de Militão em que aparecem dois indivíduos trabalhando em obras

---

<sup>106</sup> Para os valores e poder aquisitivo para 1888 ver Schulz, John. A crise financeira da abolição:1875-1901. São Paulo: Edusp, Instituto Fernand Braudel, 1996.

<sup>107</sup> Martins, Antonio Egydio. São Paulo Antigo – 1554 a 1910. p.300

<sup>108</sup> Martins, Antonio Egydio. São Paulo Antigo – 1554 a 1910. p..301

<sup>109</sup> Martins, Antonio Egydio. São Paulo Antigo – 1554 a 1910. p.363



## **Considerações Finais**

Durante o período 1850-1890 a cidade de São Paulo assistia um lento processo de alteração da paisagem urbana. Por meio de políticas públicas, preocupadas em “civilizar” parte da população e intervir na fisionomia da cidade, paulatinamente a capital paulista foi afastando-se daquele caráter bucólico e provinciano e, aproximando-se, da cidade pretendida pelas elites cafeeira e administrativa, com ruas largas, limpas e alinhadas, praças e largos arborizados e edificações firmes e arejadas. Assim, era reforçada a intenção de transformar a cidade de São Paulo em um tipo de vitrine que deixasse transparecer o apogeu econômico impulsionado pela cultura cafeeira.

Ao acompanharmos essas alterações sob a ótica dos trabalhadores empregados pela Câmara Municipal, tivemos acesso às trajetórias experimentadas por cada sujeito e pudemos visualizar uma cidade que, em busca de sua identidade, negava seu passado provinciano e alinhava-se com os conceitos de urbanização e arquitetura trazidos do Velho Mundo, mas que, no entanto, não conseguia apagar as marcas deixadas pela escravidão e pelo isolamento geográfico. Dessa forma, os mais refinados hábitos adotados pelos barões do café coexistiam no espaço público com os traços da cultura paulista, que persistia em fazer-se presente.

Ao longo dos anos pudemos mergulhar um pouco mais no universo cotidiano dos trabalhadores da construção civil e testemunhar a heterogeneidade dessa mão-de-obra, seus salários, seu poder de compra e suas dificuldades em tempos de crise.

Por fim, resta dizer que o presente trabalho é apenas a abertura de caminhos possíveis para pesquisas futuras e que mergulhar neste universo implica um árduo trabalho de pesquisa e seleção de informações rarefeitas e pouco precisas. Minha intenção não é esgotar um assunto tão rico quanto controverso, mas, ao contrário, levantar questões que possibilite ao historiador visualizar uma cidade plural e heterogênea, palco de tensões e coexistências entre culturas multifacetadas e múltiplas temporalidades.

## **Anexo**

Tabela I: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1850.

	NOME	CLASSE	OCUPAÇÃO	VALOR DIÁRIO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
1	Guilherme Alvim (13)	Livre	Pedreiro	\$ 880	Ladeira do Acú e paredão da Ladeira do Carmo
2	Antonio de Camargo (7)	Livre	Pedreiro	\$ 480	
3	Ignácio do José	Escravo	Servente	\$ 400	
4	Joaquim de D. Ritta (10)	Escravo	Servente	\$ 400	
5	Benedito Anastacio	Escravo	Servente	\$ 400	
6	Hermenegildo (6)	Escravo	Servente	\$ 120	
7	Joaquim José de S. Anna (8)	Livre	Pedreiro	\$ 640	Ladeira do Bechiga
8	Paulo Escr° de Benedito Luz (2)	Escravo	Servente	\$ 400	
9	Damião Escr° do Comed° Sr. Prado (5)	Escravo	Servente	\$ 400	
10	Manoel Escr° do Comed° Sr. Prado (8)	Escravo	Servente	\$400	
11	Manoel 2° Escr° do Comed° Sr. Prado (3)	Escravo	Servente	\$400	
12	Vicente Escr° do Comed° Sr. Prado	Escravo	Servente	\$400	
13	Ignácio (4)	Escravo	Servente	\$400	
14	Joaquim José de S. Anna	Livre	Encarregado	\$640	Ladeira do Carmo
15	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480	
16	Joaquim Escr° de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
17	Paulo do Dr. Alvim (11)	Escravo	Servente	\$400	
18	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$600	
19	Ignácio do Alferes	Escravo	Servente	\$400	
20	José Jerônimo de Brito (6)	Livre	Feitor	\$640	Paredão de São Francisco
21	Benedito (2)	Escravo	Pedreiro	\$560	
22	Florianio (2)	Escravo	Servente	\$400	

23	Joaquim (4)	Escravo	Servente	\$400	
24	Ludubico Manoel Gomes (10)	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	Chafariz e calçadas do Piques
25	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
26	Ignacio	Escravo	Servente	\$400	
27	Ludubico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	Caixas d'água e paredão do Piques
28	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
29	Ignacio Escr <sup>o</sup> da Rosa	Escravo	Servente	\$400	
30	Paulo do Dr <sup>o</sup> Alvim	Escravo	Servente	\$400	
31	Joaquim de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
32	Bento Antonio (2)	Escravo	Servente	\$400	
33	Joaquim José Roiz de S. Anna	Livre	Encarregado	\$640	Consertos do Pátio de São Francisco
34	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480	
35	Paulo Escr <sup>o</sup> de Benedito Luz (2)	Escravo	Servente	\$400	
36	Paulo 2 <sup>o</sup> Escr <sup>o</sup> do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
37	Jacinto Escr <sup>o</sup> do Tristão (3)	Escravo	Servente	\$400	
38	Hermenegildo	Escravo	Servente	\$120	
39	S. Anna	Livre	Encarregado	\$640	Paredão de São Francisco
40	Ignacio	Escravo	Servente	\$400	
41	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480	
42	Antonio Joaquim	Escravo	Servente	\$400	
43	Ludubico Manoel	Livre	Mestre Pedreiro	1\$500	Consertos da Cadeia
44	Ignacio	Escravo	Servente	\$400	
45	José Jerônimo de Brito	Livre	Feitor	\$640	Paredão de São Francisco
46	Antonio	Livre	Pedreiro	1\$280	
47	Joaquim	Escravo	Pedreiro	\$640	
48	Adão	Escravo	Pedreiro	\$560	
49	Benedito	Escravo	Servente	\$400	
50	Floriano	Escravo	Servente	\$400	

51	Joaquim	Escravo	Servente	\$400	Consertos da Rua São Bento, dos Quatro cantos até a Rua Direita
52	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
53	João Escr <sup>o</sup> do Major Ramalho (3)	Escravo	Pedreiro	\$800	
54	Adão do Cap. Camargo (4)	Escravo	Pedreiro	\$560	
55	Benedito Guilherme (5)	Escravo	Pedreiro	\$480	
56	Pedro de D. Paula (8)	Escravo	Pedreiro	\$480	
57	Damião Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Prado	Escravo	Servente	\$400	
58	Manoel Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Prado	Escravo	Servente	\$400	
59	2 <sup>o</sup> Manoel Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Prado	Escravo	Servente	\$400	
60	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
61	Ignácio Escr <sup>o</sup> do Leza (3)	Escravo	Servente	\$400	
62	Paulo do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
63	Hermenegildo	Escravo	Servente	\$120	
64	Vicente Escr <sup>o</sup> do Dr. Veiga (6)	Escravo	Pedreiro	\$560	Ladeira de São Francisco
65	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
66	Ignácio do Leza	Escravo	Servente	\$400	
67	José Jerônimo de Brito	Livre	Feitor	\$640	Ladeira de São Francisco
68	Antonio Escr <sup>o</sup> do Demetrio (2)	Escravo	Pedreiro	1\$280	
69	Joaquim	Escravo	Pedreiro	\$640	
70	Adão Escr <sup>o</sup> de Vicente Camargo	Escravo	Pedreiro	\$560	
71	Benedito Escr <sup>o</sup> do João Maria (4)	Escravo	Servente	\$400	
72	Lauriano Escr <sup>o</sup> do João Maria (5)	Escravo	Servente	\$400	
73	Joaquim Escr <sup>o</sup>	Escravo	Servente	\$400	

	do João Maria (5)				
74	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480	Consertos do Pátio de São Francisco
75	Manoel Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Snr. Antonio da Silva Prado	Escravo	Servente	\$400	
76	Manoel 2 <sup>o</sup> Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Snr. Antonio da Silva Prado	Escravo	Servente	\$400	
77	Damião Escr <sup>o</sup> do Com <sup>o</sup> Snr. Antonio da Silva Prado	Escravo	Servente	\$400	
78	Ludobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	Ladeira de São Francisco
79	Antonio Escr <sup>o</sup> do Demetrio	Escravo	Pedreiro	1\$280	
80	Joaquim Escr <sup>o</sup> do Demetrio	Escravo	Pedreiro	\$640	
81	Benedito Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
82	Lauriano Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
83	Joaquim Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	Paredão de São Francisco
84	José Jerônimo de Brito	Livre	Encarregado da Obra	\$640	
85	Ludobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	
86	Adão Escr <sup>o</sup> do Camargo	Escravo	Pedreiro	\$560	
87	Emenegildo Escr <sup>o</sup> do Camargo	Escravo	Pedreiro	\$800	
88	Vicente Escr <sup>o</sup> do Veiga	Escravo	Pedreiro	\$560	
89	Paulo Escr <sup>o</sup> do Alvim	Escravo	Pedreiro	\$400	
90	Gabriel Escr <sup>o</sup> do J. Custodio (3)	Escravo	Pedreiro	\$800	
91	Manoel Escr <sup>o</sup> do Prado	Escravo	Servente	\$400	
92	Lauriano Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
93	Joaquim Escr <sup>o</sup>	Escravo	Servente	\$400	

	do João Maria				
94	Ludubico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	Consertos de Paredões e chafarizes fronteiros ao Portão de D. Maria Joanna da Luz
95	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
96	Joaquim Escr <sup>o</sup> do Caruzo Fideles (3)	Escravo	Pedreiro	\$960	
97	Pedro Escr <sup>o</sup> de D. Paulisca	Escravo	Pedreiro	\$480	
98	Felipe Escr <sup>o</sup> de D. Maria Joanna (3)	Escravo	Servente	\$400	
99	Vicente Escr <sup>o</sup> de D. Maria Joanna (2)	Escravo	Servente	\$400	
100	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Maria Joanna (2)	Escravo	Servente	\$400	
101	Luiz Escr <sup>o</sup> de D. Maria Joanna (2)	Escravo	Servente	\$400	
102	Ignácio do Leza	Escravo	Servente	\$400	
103	Jacinto Escr <sup>o</sup> do Tristão	Escravo	Servente	\$400	
104	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
105	Bento Antonio	Não informado	Servente	\$400	
106	Sabino do Benedito Luz	Escravo	Servente	\$400	
107	Caetano Escr <sup>o</sup> do Benedito Luz	Escravo	Servente	\$400	
108	Hermenegildo	Escravo	Servente	\$120	
109	Ludobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	Aumento do paredão ao longo da margem do rio Tamandateí, em baixo do Carmo e junto ao chafariz das Filiações
110	Joaquim Escr <sup>o</sup> do Caruzo Fideles	Escravo	Mestre Pedreiro	\$960	
111	Guilherme Alvim	Livre	Mestre Pedreiro	\$880	
112	Benedito Escr <sup>o</sup> do Dr. Alvim	Escravo	Pedreiro	\$480	
113	Pedro Escr <sup>o</sup> de D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$480	
114	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480	

115	Paulo Escr <sup>o</sup> do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400		
116	Felipe de D. M <sup>a</sup> Joanna	Escravo	Servente	\$400		
117	Vicente Escr <sup>o</sup> de D. M <sup>a</sup> Joanna	Escravo	Servente	\$400		
118	Luiz Escr <sup>o</sup> de D. M <sup>a</sup> Joanna	Escravo	Servente	\$400		
119	Joaquim 2 <sup>o</sup> Escr <sup>o</sup> do Snr. Candido	Escravo	Servente	\$400		
120	Paulo 2 <sup>o</sup> Escr <sup>o</sup> do Benedito Luz	Escravo	Servente	\$400		
121	Jacinto Escr <sup>o</sup> do Tristão	Escravo	Servente	\$400		
122	Hermenegildo	Escravo	Servente	\$120		
123	Ludobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600		Aumento do paredão ao longo da margem do rio Tamandateí, em baixo do Carmo e junto ao chafariz das Filiações
124	Joaquim Escr <sup>o</sup> do Conigo Fideles	Escravo	Pedreiro	\$960		
125	Pedro Escr <sup>o</sup> de D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$400		
126	Antonio de Camargo	Livre	Pedreiro	\$480		
127	Paulo Escr <sup>o</sup> do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400		
128	Felipe Escr <sup>o</sup> de D. Joanna	Escravo	Servente	\$400		
129	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Joanna	Escravo	Servente	\$400		
130	Antonio de Joaquim de Lima	Escravo	Pedreiro	\$800	Consertos da calçada junto ao chafariz do Piques e caiamento dos Paredões	
131	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	Consertos da rua São Bento	
132	Benedito Guilherme	Não informado	Pedreiro	\$480		
134	Pedro Escr <sup>o</sup> de D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$480		
135	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Ritta	Escravo	Pedreiro	\$400		
136	J.	Escravo	Servente	\$400		
137	Hermenegildo Escr <sup>o</sup> do Carmo (2)	Escravo	Pedreiro	\$800	Consertos da rua São	



138	Vicente Escr <sup>o</sup> do Dr. Veiga	Escravo	Pedreiro	\$560	Bento, do Beco do Cipó até o Beco do Bom Jesus
139	Pedro Escr <sup>o</sup> de D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$480	
140	Manoel Escr <sup>o</sup> do Sr. Comd <sup>o</sup> Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
141	José Escr <sup>o</sup> do Sr. Comd <sup>o</sup> Antonio Prado (4)	Escravo	Servente	\$400	
142	Manoel 2 <sup>o</sup> Escr <sup>o</sup> do Sr. Comd <sup>o</sup> Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
143	Paulo Escr <sup>o</sup> do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
144	Hermenegildo de João do Beco (5)	Escravo	Servente	\$120	
145	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	Ladeira do Carmo, do canto do Barracão até a primeira casinha da Câmara
146	Hermenegildo Escr <sup>o</sup> do Carmo	Escravo	Pedreiro	\$800	
147	Benedito Guilherme	Não informado	Pedreiro	\$480	
148	Joaquim José de S. Anna	Livre	Encarregado da obra	\$640	
149	Joaquim Escr <sup>o</sup> de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
150	Vicente Escr <sup>o</sup> do Dr. Veiga	Escravo	Pedreiro	\$560	Ladeira do Carmo, da primeira casinha até a cabeceira da ponte do Carmo
151	Pedro Escr <sup>o</sup> da D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$480	
152	Adão Escr <sup>o</sup> do Cap. Camargo	Escravo	Pedreiro	\$560	
153	Joaquim José de S. Anna	Livre	Encarregado da obra	\$640	
154	Onofre Escr <sup>o</sup> do Comd <sup>o</sup> Antonio Prado (4)	Escravo	Servente	\$400	
155	Hermenegildo Escr <sup>o</sup> de João do Beco	Escravo	Servente	\$120	
156	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
157	Benedito Guilherme	Não informado	Pedreiro	\$480	

158	João do Major Ramalho	Escravo	Pedreiro	\$800	
159	Paulo escr° do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
160	Joaquim Escr° de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
161	Hermenegildo Escr° de João do Beco	Escravo	Servente	\$120	
162	Onofre Escr° do Sr. Barão	Escravo	Servente	\$400	
163	Manoel Escr° do Sr. Barão	Escravo	Servente	\$400	Conservação e reparos no Pátio do Colégio, Pátio da Sé, Pátio de São Gonçalo e Pátio de São Francisco
164	José Escr° do Sr. Barão	Escravo	Servente	\$400	
165	Paulo Escr° do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
166	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
167	Benedito Guilherme	Não informado	Pedreiro	\$480	Ladeira do Carmo
168	João do Major Ramalho	Escravo	Pedreiro	\$800	
169	Paulo Escr° do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
170	Joaquim Escr° de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
170	Hermenegildo Escr° de João do Beco	Escravo	Servente	\$120	
172	Vicente Escr° do Dr. Veiga	Escravo	Pedreiro	\$560	Pátio do Carmo até o canto do Vigário Capitular
173	Pedro Escr° de D. Ritta	Escravo	Pedreiro	\$480	
174	S. Anna	Livre	Encarregado da obra	\$640	
175	Joaquim Escr° de D. Paula	Escravo	Servente	\$400	
176	Onofre Escr° do Comd° Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
177	José Escr° do Sr. Comd° Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
178	Manoel Escr° do Sr. Comd° Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
179	Damião Escr°	Escravo	Servente	\$400	

	do Sr. Comdº Antonio Prado				
180	Paulo Escº do Dr. Alvim	Escravo	Servente	\$400	
181	Hermenegildo	Escravo	Servente	\$120	
182	Joaquim José de S. Anna	Livre	Encarregado	\$640	Consertos da calçada da Ladeira do Carmo
183	Guilherme Alvim	Livre	Pedreiro	\$880	
184	Benedito Escº de João Alamão	Escravo	Pedreiro	\$480	
185	Vicente Escº do Dr. Veiga	Escravo	Pedreiro	\$560	
186	Pedro Escº de D. Paula	Escravo	Pedreiro	\$500	
187	Joaquim Escº de D. Ritta	Escravo	Servente	\$400	
188	Onofre Escº do Comdº Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
189	José Escº do Sr. Comdº Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
190	Manoel Escº do Sr. Comdº Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
191	Damião Escº do Sr. Comdº Antonio Prado	Escravo	Servente	\$400	
192	Hermenegildo Escº de João do Beco	Escravo	Servente	\$120	
193	José Jerônimo de Brito	Livre	Encarregado da Obra	\$640	
194	Ledobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	
195	Gabriel Escº de J. Custodio	Escravo	Servente	\$400	
196	Lauriano Escº do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
197	Joaquim Escº do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
198	Benedito Escº do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
199	José Jerônimo de Brito	Livre	Encarregado da Obra	\$640	Paredão da Ladeira de São Francisco
200	Ledobico	Livre	Mestre Pedreiro	1\$600	

201	Gabriel Escr <sup>o</sup> de J. Custodio	Escravo	Servente	\$400	
202	Lauriano Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
203	Joaquim Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
204	Benedito Escr <sup>o</sup> do João Maria	Escravo	Servente	\$400	
205	José Catherina	Livre	Mestre Pedreiro	1\$000	
206	Anselmo	Não informado	Servente	\$400	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.

Tabela II: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1855.

	<b>NOME</b>	<b>CLASSE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>VALOR DIÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA OBRA</b>
1	Vicente Ferreira de Abreu	Livre	Feitor e Pedreiro	1\$280	Consertos da estrada do Fonseca
2	Domingos	Não informado	Servente e carreteiro	\$640	
3	Luis	Não informado	Servente e carreteiro	\$640	
4	Manoel (4)	Não informado	Servente	\$640	
5	Francisco claro (3)	Escravo	Pedreiro	1\$000	Consertos na Rua Direita
6	D° José (5)	Escravo	Pedreiro	1\$000	
7	Candido	Escravo	Servente	\$480	
8	D° Lucas (2)	Escravo	Servente	\$480	
9	Fortunato (3)	Escravo	Pedreiro	1\$280	Consertos na Rua Direita
10	D° Francisco claro	Escravo	Pedreiro	1\$000	
11	D° José	Escravo	Pedreiro	1\$000	
12	D° Antonio (3)	Escravo	Servente	\$480	
13	D° Manoel	Escravo	Servente	\$480	
14	Liandro	Preso	Servente	\$100	Conserto do tanque do Matadouro Público
15	Cacemiro	Preso	Servente	\$100	
16	José Paulino	Preso	Servente	\$100	
17	João Antonio	Preso	Servente	\$100	
18	Antonio Joaquim Cardozo	Livre	Feitos	\$320	
19	Francisco (5)	Escravo	Pedreiro	1\$280	Reparos no telhado da Cadeia
20	Felix (2)	Não informado	Servente	\$480	
21	Ledobico	Livre	Mestre Pedreiro	2\$500	Construção do tanque do Matadouro Público
22	D° Fortunato	Escravo	Pedreiro	1\$280	
23	D° Francisco	Escravo	Pedreiro	1\$000	
24	D° Jozé (3)	Escravo	Pedreiro	\$800	
25	D° José (2)	Escravo	Servente	\$480	
26	D° Candido	Escravo	Servente	\$480	
27	D° Lucas	Escravo	Servente	\$480	
28	D° Gregório (3)	Escravo	Servente	\$480	
29	D° Felix	Escravo	Servente	\$480	
30	Francisco	Escravo	Pedreiro	1\$000	Consertos na rua Direita
31	D° Jozé	Escravo	Pedreiro	\$800	
32	Manoel	Escravo	Servente	\$480	

33	D° João (2)	Escravo	Servente	\$480	
34	Fortunato	Escravo	Pedreiro	1\$280	Consertos na Rua de Santa Thereza
35	D° Francisco claro	Escravo	Pedreiro	1\$000	
36	D° Jozé	Escravo	Pedreiro	1\$000	
37	Antonio	Escravo	Servente	\$480	
38	D° Manoel	Escravo	Servente	\$480	
39	José (3)	Escravo	Pedreiro	1\$000	Conserto do chafariz da Rua do Tamanduateí
40	D° Joaquim (5)	Escravo	Pedreiro	1\$000	
41	D° Deocleciano (3)	Escravo	Servente	\$480	
42	D° Francisco	Escravo	Pedreiro	1\$000	Conserto do chafariz do Largo da Misericórdia
43	D° Salvador	Escravo	Pedreiro	1\$000	
44	Joaquim	Escravo	Servente	\$480	
45	D° Gregorio	Escravo	Servente	\$480	
46	D° Deocleciano	Escravo	Servente	\$480	
47	D° Francisco	Escravo	Pedreiro	1\$000	Consertos na Rua de Santa Thereza
48	José	Escravo	Pedreiro	1\$000	
49	D° Joaquim	Escravo	Pedreiro	1\$000	
50	Antonio	Escravo	Servente	\$480	
51	D° Deocleciano	Escravo	Servente	\$480	
52	D° José	Escravo	Servente	\$480	Serviços no tanque do Matadouro Público
53	D° Joaquim	Escravo	Servente	\$480	
54	D° Gregorio	Escravo	Servente	\$480	
55	D° Pedro	Escravo	Servente	\$480	
56	José	Escravo	Pedreiro	1\$000	Consertos de casinhas e chiqueiro de porcos na Ladeira do Carmo
57	D° Joaquim	Escravo	Pedreiro	1\$000	
58	D° João	Escravo	Servente	\$480	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.

Tabela III: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1860.

	<b>NOME</b>	<b>CLASSE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>VALOR DIÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA OBRA</b>
1	Joaquim Grande (2)	Preso	Servente	\$100	Trabalhos no Pátio do carmo
2	João Buqueira	Preso	Servente	\$100	
3	Inocência (2)	Preso	Servente	\$100	
4	José Papudo (2)	Preso	Servente	\$100	
5	Albino	Preso	Servente	\$100	
6	Agustinho	Preso	Servente	\$100	
7	Manoel (3)	Preso	Servente	\$100	
8	José (2)	Preso	Servente	\$100	
9	Jacinto Pedreiro (5)	Preso	Pedreiro	\$100	Trabalhos na rua das Casinhas
10	Joaquim Janjão (5)	Preso	Servente	\$100	
11	Inocencio	Preso	Servente	\$100	Trabalhos na rua Tabatinguera
12	José Papudo	Preso	Servente	\$100	
13	Salvador	Não informado	Pedreiro	1\$280	Reparos no muro do Cemitério dos Protestantes
14	Bento	Não informado	Servente	\$880	
15	Adão	Não informado	Servente	\$880	
16	Manoel	Não informado	Servente	\$880	
17	Victorino	Não informado	Servente	\$880	
18	Luis (3)	Livre	Pedreiro	2\$080	Trabalhos no Cemitério
19	Maurissio (3)	Não informado	Pedreiro	1\$280	
20	Joaquim (3)	Não informado	Servente	1\$000	
21	Joaquim Janjão	Preso	Servente	\$100	Trabalhos na rua das Casinhas
22	Jacinto Pedreiro	Preso	Pedreiro	\$100	
23	João Henrique (4)	Preso	Servente	\$100	
24	Vicente José	Preso	Servente	\$100	
25	Luis	Livre	Pedreiro	2\$080	Trabalhos no Cemitério
26	Maurissio	Não informado	Pedreiro	1\$280	

27	Joaquim	Não informado	Servente	1\$000	
28	Joaquim Grande	Preso	Servente	\$100	Consertos no Campo dos Curros
29	Martinho	Preso	Servente	\$100	
30	Manoel	Preso	Servente	\$100	
31	José	Preso	Servente	\$100	
32	Federico	Preso	Servente	\$100	
33	Domingo	Preso	Servente	\$100	
34	Joaquim Braz	Preso	Servente	\$100	
35	Antonio	Preso	Servente	\$100	
36	Jacinto Pedreiro	Preso	Pedreiro	\$160	Trabalhos na rua das casinhas
37	Joaquim Janjão	Preso	Servente	\$100	
38	João Henrique	Preso	Servente	\$100	
39	João da Penha (3)	Preso	Servente	\$100	
40	Jacinto	Preso	Pedreiro	\$160	Trabalhos na rua das casinhas
41	Joaquim Janjão	Preso	Servente	\$100	
42	João Henrique	Preso	Servente	\$100	
43	João da Penha	Preso	Servente	\$100	
44	Luis	Livre	Pedreiro	2\$080	Trabalhos no Cemitério
45	Maurissio	Não informado	Pedreiro	1\$280	
46	Joaquim	Não informado	Servente	1\$000	
47	Jacinto Pedreiro	Preso	Pedreiro	\$160	Trabalhos na rua das casinhas
48	Joaquim Janjão	Preso	Servente	\$100	
49	João Henrique	Preso	Servente	\$100	
50	João da Penha	Preso	Servente	\$100	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.



Tabela IV: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1869-70.

	<b>NOME</b>	<b>CLASSE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>VALOR DIÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA OBRA</b>
1	Francisco Schneider	Livre	Mestre Pedreiro	3\$000	Trabalhos na rua de São José
2	João Albrecht	Livre	Pedreiro	1\$800	
3	Manoel Domingos	Livre	Pedreiro	1\$800	
4	Florêncio Antonio	Livre	Pedreiro	1\$800	
5	A. José Rodrigues	Livre	Pedreiro	1\$800	
6	José Heil	Livre	Mestre Pedreiro	3\$000	
7	José Lisboa	Livre	Escavador	\$500	
8	J. Maria da Gloria	Livre	Escavador	\$500	
9	João Antonio da Silva	Livre	Escavador	\$500	
10	Lino Sales de Oliveira	Livre	Escavador	\$500	
11	João Thomaz	Livre	Pedreiro	2\$500	Trabalhos no Mercado
12	Henrique Haipe (2)	Livre	Pedreiro	3\$000	
13	Romão (2)	Não informado	Servente	1\$200	
14	José Pedro	Livre	Servente	1\$500	Trabalhos em diversos pontos da cidade
15	Tristão	Africano Livre	Servente	1\$500	
16	Manoel Nascimento branco	Livre	Servente	1\$500	
17	Jacinto	Africano Livre	Servente	1\$500	
18	João da Cruz portuguez	Livre	Servente	1\$500	
19	José Ignacio	Africano Livre	Servente	1\$500	
20	Caetano	Africano Livre	Servente	1\$500	
21	Serafim servo de Antonio Hygino	Escravo	Servente	1\$500	
22	Joaquim Antonio Barbosa	Livre	Pedreiro	2\$500	Trabalhos na ponte de Miguel Carlos

23	Henrique Haipe	Livre	Pedreiro	3\$000	Serviços no Pátio do Carmo
24	Benedito Pires	Não informado	Servente	1\$500	
25	José Pedro de Andrade (2)	Livre	Feitor	2\$000	
26	João Victorino Ribeiro da Cruz	Livre	Servente	1\$500	
27		Não informado	Servente	1\$500	
28	Frank Jorge Dae	Livre	Servente	1\$500	
29	Justino Cavalheiro (2)	Escravo	Servente	1\$500	
30	Antonio José Leite	Livre	Servente	1\$500	
31	André Lopes	Livre	Servente	1\$500	
32	João	Africano Livre	Servente	1\$500	
33	Miguel da Luz	Não informado	Servente	1\$500	
34	José Pedro de Andrade	Livre	Feitor	2\$000	Trabalhos em diversos pontos da cidade
35	João Antonio de Barros	Livre	Servente	1\$500	
36	Mathias	Africano Livre	Servente	1\$500	
37	Pedro Correa de Mello	Livre	Servente	1\$500	
38	Manoel Gomes	Livre	Servente	1\$500	
39	João Vieira	Escravo	Servente	1\$500	
40	Benedito, Alvim	Escravo	Servente	1\$500	
41	Justino, Cavalheiro	Escravo	Servente	1\$500	
42	João, Cavalheiro	Escravo	Servente	1\$500	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.

Tabela V: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1875.

	<b>NOME</b>	<b>CLASSE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>VALOR DIÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA OBRA</b>
1	Simão Antonio Fernandes	Livre	Pedreiro	4\$000	Consertos na Praça do Mercado
2	João Antonio Mendes	Livre	Servente	1\$000	
3	Fortunato Escr <sup>o</sup>	Escravo	Pedreiro	2\$000	
4	Joaquim d'Almeida (2)	Livre	Pedreiro	4\$000	Trabalho dos esgotos da Ladeira Santo Antonio
5	Casciano Alvim (2)	Livre	Servente	2\$000	
6	Antonio Correia da Silva (3)	Livre	Pedreiro	5\$000	Diversos trabalhos de consertos e reparos
7	Antonio Barbado (3)	Livre	Servente	2\$000	
8	Benedito Alves (4)	Livre	Servente	2\$000	
9	José Alves (3)	Livre	Servente	2\$000	
10	João (2)	Escravo	Servente	2\$000	
11	Joaquim de Almeida	Livre	Pedreiro	4\$000	Trabalho dos esgotos da Ladeira Santo Antonio
12	Casciano Alvim	Livre	Servente	2\$000	
13	Antonio Correia da Silva	Livre	Pedreiro	5\$000	Diversos trabalhos de consertos e reparos
14	Antonio Barbado	Livre	Servente	2\$000	
15	Benedito Alves	Livre	Servente	2\$000	
16	José Alves	Livre	Servente	2\$000	
17	João Rudge	Não informado	Servente	2\$000	
18	Antonio Francisco	Não informado	Servente	2\$000	
19	Antonio Correia da Silva	Livre	Pedreiro	5\$000	Diversos trabalhos de consertos e reparos
20	Antonio Barbado	Livre	Servente	2\$000	

21	Benedito Alves	Livre	Servente	2\$000	
22	José Alves	Livre	Servente	2\$000	
23	João	Escravo	Servente	2\$000	
24	Benedito Alves	Livre	Servente	2\$000	Limpeza e reparos na rua São José
25	Joaquim Osório	Livre	Servente	2\$000	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.

Tabela VI: Trabalhadores a serviço da Câmara Municipal de São Paulo em 1889-90.

	<b>NOME</b>	<b>CLASSE</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>	<b>VALOR DIÁRIO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DA OBRA</b>
1	Manuel I. de Vasconcellos (5)	Não informado	Administrador	3\$000	Trabalhos na Ladeira do Carmo
2	Domingos Niero (2)	Não informado	Calceteiro	4\$000	
3	Caetano Blois (2)	Não informado	Calceteiro	4\$000	
4	Rafael Fusaro (2)	Não informado	Calceteiro	4\$000	
5	Vicente Alberto (3)	Não informado	Servente	2\$000	
6	João José de Carvalho (2)	Não informado	Servente	2\$000	
7	Manuel I. de Vasconcellos	Não informado	Administrador	3\$000	
8	Rafael Fusaro	Não informado	Calceteiro	4\$000	
9	Vicente Alberto	Não informado	Servente	2\$000	
10	João José de Carvalho	Não informado	Servente	2\$000	
11	Antonio Lausent (2)	Não informado	Servente	2\$000	
12	Manuel I. de Vasconcellos	Não informado	Administrador	3\$000	
13	Antonio Lausent	Não informado	Servente	2\$000	
14	Manuel I. de Vasconcellos	Não informado	Administrador	3\$000	
15	Domingos Niero	Não informado	Calceteiro	4\$000	
16	João Poli (2)	Não informado	Calceteiro	4\$000	
17	Manuel Victorino	Não informado	Calceteiro	4\$000	
18	Vicente Alberto	Não informado	Servente	2\$000	
19	Antonio Galota (2)	Não informado	Servente	2\$000	
20	Antonio Baloti	Não informado	Servente	2\$000	

21	Manuel I. de Vasconcellos	Não informado	Administrador	3\$000	
22	João Poli	Não informado	Calceteiro	4\$000	
23	Caetano Blois	Não informado	Servente	2\$000	
24	Antonio Galota	Não informado	Servente	2\$000	
25	Nicolau Grosi	Não informado	Não informado	4\$000	Consertos na rua do Comércio
26	Antonio Frano	Não informado	Não informado	4\$000	
27	Vicente Figliolino	Não informado	Não informado	4\$000	
28	Francisco Partovero	Não informado	Não informado	4\$000	
29	Francisco Iantoro	Não informado	Não informado	4\$000	
30	Antonio Marino	Não informado	Não informado	2\$000	
31	Nicola Mônico	Não informado	Não informado	2\$000	
32	Geovani Farino	Não informado	Não informado	2\$000	
33	Giovani Russo	Não informado	Não informado	2\$000	
34	Dominico Lafusa	Não informado	Não informado	2\$000	
35	Vicenso Pescolatta	Não informado	Não informado	2\$000	

Obs: As informações entre parênteses indicam o número de vezes que os nomes repetiram-se durante este ano.

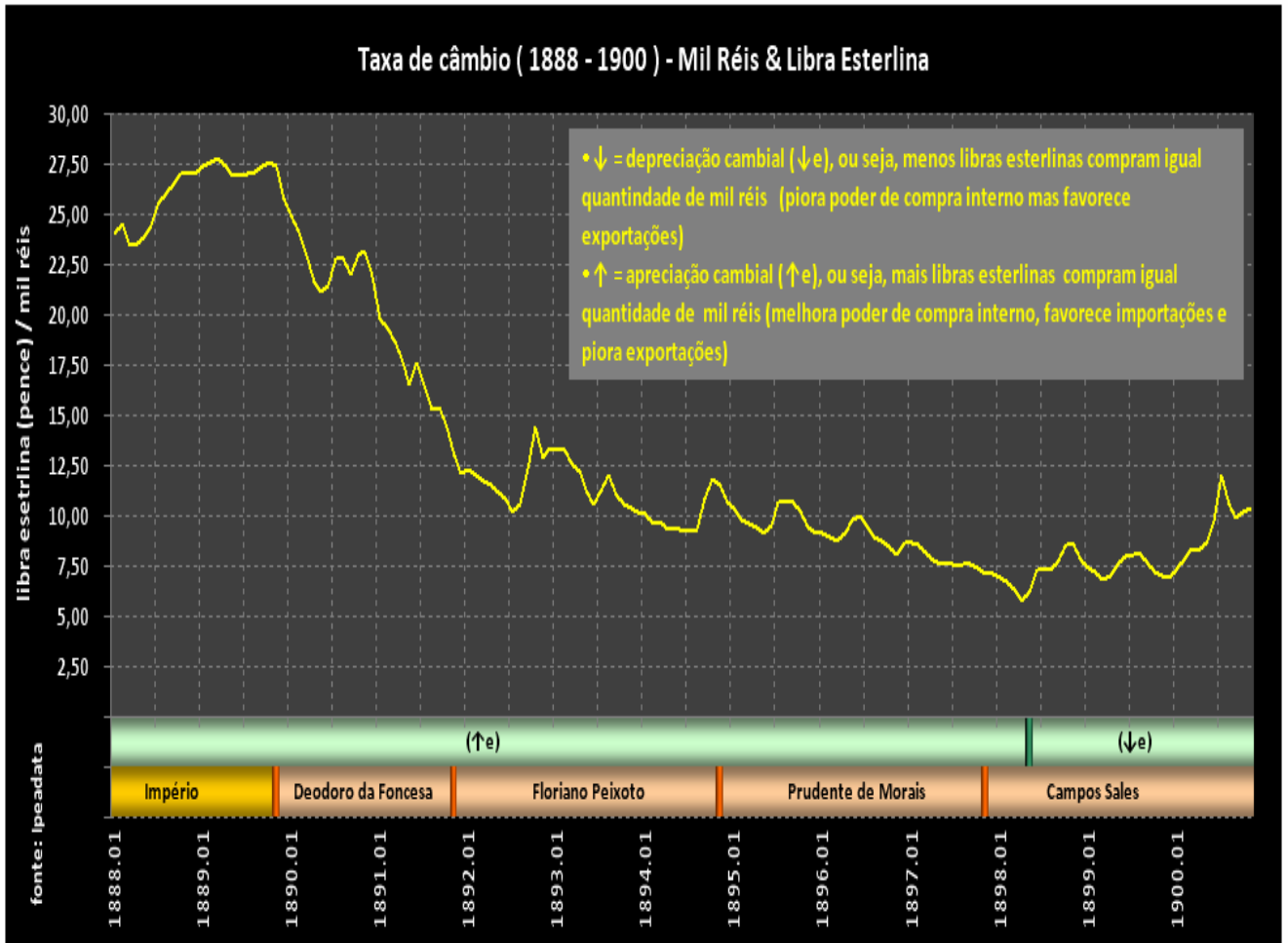
## Inflação Anual

(Lopes, Guilherme Byrro In

<http://financasfaceis.wordpress.com/2010/05/16/brasil-republica-ii/>)

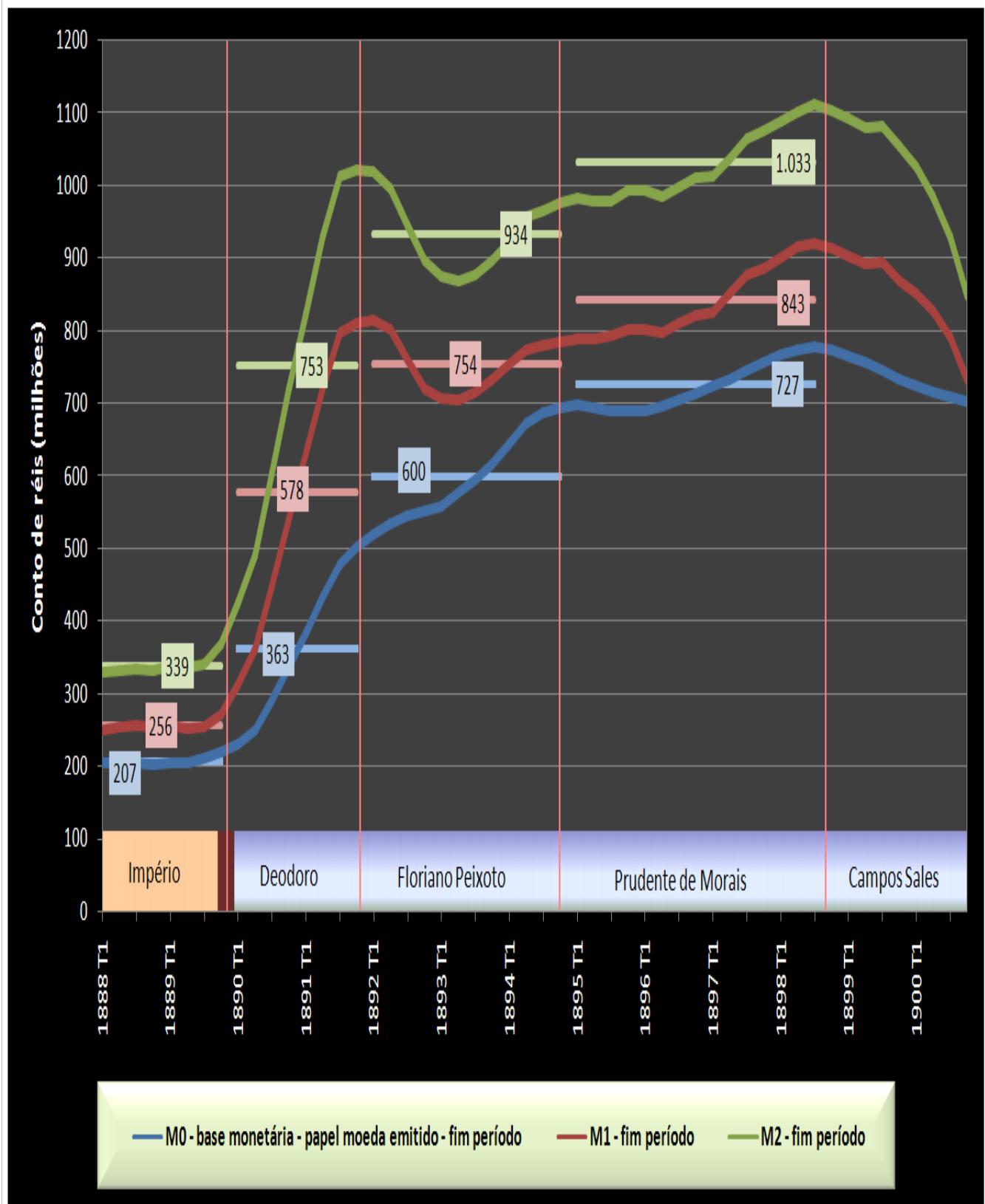
	IPA – (Luis A. V. Catão, A new wholesale price index for Brazil’ during the period 1870-1913)	Inflação – Custo de vida – alimentação (ponderação escravos 1856 – RJ)	Inflação – Custo de vida – alimentação (ponderação Affonseca Jr. 1919 – RJ)	Inflação – Custo de vida – alimentação (ponderação FGV 1947 – RJ)
1888	-2%	-2%	-6%	-3%
1889	16%	38%	10%	16%
1890	1%	3%	8%	4%
1891	25%	13%	28%	25%
1892	23%	36%	44%	47%
1893	16%	19%	7%	9%
1894	1%	15%	-3%	-3%
1895	-9%	-9%	-5%	-5%
1896	6%	36%	28%	32%
1897	17%	12%	18%	18%
1898	5%	-4%	6%	2%
1899	-3%	-2%	-2%	-7%

## Taxa de Câmbio





## Emissão de Papel Moeda



## **Fontes:**

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 148, p. 4, 10, 15, 17, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 60, 62, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 127, 133, 137, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223 e 224.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 149, p. 6, 7, 8, 14, 17, 20, 21, 33, 34, 41, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 109, 110, 111, 112, 113, 124, 131, 132, 133, 134, 142, 143, 144, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 150, p. 3, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 66, 79, 83, 96, 99, 101, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 127, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144 e 146.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 151, p. 7, 8, 9, 14, 15, 22, 31, 53, 54, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183 e 184.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 169, p. 2, 8, 9, 25, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 47, 48, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 71, 79, 93, 95, 100, 101, 126, 127, 128, 133, 143, 144, 145, 146 e 162.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 170, p. 6, 10, 11, 13, 14, 21, 22, 30, 38, 40, 41, 42, 43, 47, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 73, 75, 77, 78, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 95, 99, 100, 101, 102 e 103.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 171, p. 30, 31, 33, 34, 35, 53, 56, 57, 58, 59, 61, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 92, 113, 114, 121, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 141, 142, 143, 152, 162, 163, 164, 165, 166, 175, 176, 177, 178, 179, 193, 194, 196, 197 e 199.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 173, p. 39, 41, 44, 72, 73, 94, 94a, 96, 121, 133, 167, 177, 182, 184, 186, 201, 202 e 204.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 174, p. 3, 4, 5, 25, 26, 27, 42, 57, 62, 63, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 92, 93, 94 e 109.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 188, p. 3, 4, 14, 16, 17, 37, 38, 40, 61, 76, 78, 78a, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 119, 120, 125, 136, 163, 186, 187, 190, 191, 217, 222, 225 e 230.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 189, p. 5, 6, 33, 35, 62, 67, 68, 108, 109, 110, 126, 135, 136, 137, 173, 176 e 177.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 190, p. 147, 148, 197, 198, 199, 215, 216, 217, 218, 233, 234, 238, 240, 243, 259, 260, 262, 263 e 275.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 192, p. 6, 9, 10, 11, 14, 15,16, 17, 18, 27, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 50, 51, 52, 53, 57, 59, 61, 62, 63, 75, 76, 77, 78, 88, 89, 94, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 125, 127, 128, 131, 145, 146, 146a, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 177, 179, 180, 181, 185, 186, 205, 206, 215, 216, 222, 224, 227, 228 e 229.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 212, p. 84

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 213, p. 153 e 225.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 214, p. 3

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 215, p. 3, 5, 6, 139, 140, 265 e 266.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 216, p. 50, 63, 66, 68, 69, 70a, 98, 99, 100, 101, 102, 119, 121, 122, 171, 173, 208, 210, 252, 264, 268, 270, 294 e 296.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 242, p. 11, 16, 24, 26, 35, 37, 42, 44, 48, 49, 51, 53, 60, 63, 64, 67, 68, 71, 75, 77, 83, 85, 88, 96, 100, 115, 117, 120, 122, 124, 127, 133, 135 e 141.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 243, p. 34, 70, 267, 284 e 291.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 244, p. 6, 30, 37, 57, 64, 197, 212, 231, 235, 237, 238, 241, 252, 255 e 298.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 245, p. 18, 35, 42, 50, 51, 81, 84, 93, 100, 102, 103, 105, 161, 197, 198, 199, 203, 225, 227, 226, 228, 245, 246, 317, 324, 330, 341, 350 e 352..

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 287, p. 48, 60, 73, 159, 185 e 196.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 288, p. 65, 103, 105, 106, 117, 119, 120, 169, 180 e 243.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 289, p. 24, 113, 114, 116, 123 e 197.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 290, p. 75, 102, 114, 115, 117, 118, 247, 249, 251, 255, 256, 258, 259, 261 e 262.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 291, p. 95, 152, 186, 187, 191, 194, 245 e 261.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washigton Luís”. Volume 292, p. 98, 147, 191, 233, 234, 236 e 316.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 293, p. 126, 147, 148, 150, 152, 153, 155, 157, 210, 211, 212, 213, 214, 215 e 216.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 294, p. 117, 141 e 202.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 295, p. 45, 48, 50, 56, 75 e 76.

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 296, p. 6, 8, 31, 47, 56, 61, 92, 94, 96, 123, 125, 127, 129, 309, 311, 313, 315, 329 e 331

Papéis Avulsos. Coleção de documentos custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo “Washington Luís”. Volume 297, p. 90, 187, 188, 202, 206, 329 e 330.

## **Bibliografia:**

- ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras. SP, 1966. 376p. (Provimento de Cátedra)
- APROBATO FILHO, NELSON . Sons da metrópole: entre ritmos, ruídos, harmonias e dissonâncias - as novas camadas sonoras da cidade de São Paulo (final do século XIX - início do XX). SP, 2001. 414p. (Mestrado) Sevckenko, Nicolau, or.
- Arantes, Antonio Augusto. Paisagens Paulistas. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ARAÚJO, MOACIR DE . Tradicionalismo e modernização em São Paulo, 1870-1889: conflitos e mediações na economia cafeeira. SP, 1978. 190p. (Mestrado) Queiroz, Suely Robles Reis de, or.
- Arini, Ruy. *Arquitetura de terra. Solo/ cimento/ cal.*
- Azevedo, Aroldo de. *Subúrbios Orientais de São Paulo*. Tese de concurso à cadeira de Geografia do Brasil (XXVª) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- BALCÃO, LIER FERREIRA. A Cidade das Reclamações: moradores e experiência urbana. na imprensa paulista, 1900-1913. SP, 1998. 172p. (Mestrado PUC). Or. Cruz, Heloísa.
- BARROS, DAISY RIBEIRO DE MORAES. Um século dos ofícios mecânicos na Vila de São Paulo. SP, 1982. 215p. (Mestrado) Arruda, José Jobson de A. (José Jobson de Andrade), 1943-, or.
- BASTOS, SENIA. Na Paulicéia por Conta Própria: 1870-1886. SP,PUC 1996. 194p. (Mestrado). Or. Matos, Maria Izilda.
- Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- Benjamin, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BIANCO, MARIA ELIANA BASILE . Sociedade Promotora de Imigração: 1886-1895. SP, 1982. 106p. (Mestrado) Petrone, Maria Thereza Schorer, or.
- Borsoi, Acacio Gil. *Taipa – prefabrication*.
- BOVO, JOSÉ MURARI . Desenvolvimento econômico e urbanização: influência do capital inglês na estrutura urbana da cidade de São Paulo, 1850-1930. SP, 1974. 100p. (Mestrado) Pinho, Diva Benevides, or.

- BREFE, ANA CLÁUDIA FONSECA.. A cidade inventada: a Paulicéia construída nos relatos memorialistas, 1870-1920. Campinas, IFCH,1993. 157p. (Mestrado). Or. Rago, Margareth..
- Bruno, Ernani da Silva. Memória da cidade de São Paulo: depoimentos de moradores e visitantes.
- \_\_\_\_\_. História e tradições da cidade de São Paulo.
- Bueno, Francisco de Assis Vieira. A cidade de São Paulo. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas.
- CAMARGO, LUÍS SOARES DE. Sepultamentos na Cidade de São Paulo, 1800-1858. SP,PUC 1995. 189p. (Mestrado). Or. Fraga, Estefânia.
- Campos, Alzira Lobo de Arruda. População e Sociedade em São Paulo no século XIX In História da cidade de São Paulo: A cidade no Império, 1823-1889, vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- Campos, Eudes. São Paulo: Desenvolvimento Urbano e Arquitetura sob o Império In História da Cidade de São Paulo vol. II. – São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- \_\_\_\_\_. Arquitetura Paulista sob o Império, Tese de Doutorado – USP, s/ data.
- Candido, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 3º ed, 1975.
- Carvalho, Nilson Cardoso de. *Arquitetura em taipa*. FAU-USP
- CARVALHO, TELMA CAMPANHA DE. Fotografia e cidade: São Paulo na década de 1930. SP, PUC1999. 212p. (Mestrado). Or. Fenelon, Dea.
- CAVENAGHI, AIRTON JOSÉ . Imagens que falam: olhares fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e "São Paulo Light and Power Co.", fins do século XIX e início do século XX). SP, 2000. 367 p. + anexos. (Mestrado) Silva, Marcos Antônio da, or.
- CERASOLI, JOSIANNE FRANCIA. A grande cruzada: os engenheiros e as engenharas de poder na Primeira Republica. Campinas, IFCH, 1998. 265p. (Mestrado). Or. Bresciani, Maria Stella Martins. Escola Politécnica de São Paulo.
- Certeu, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- CRUZ, HELOÍSA FARIA.Os Trabalhadores em Serviços: dominação e resistência, 1900-1920. Campinas, IFCH, 1984. 114p. (Mestrado). Or. Fenelon, Dea.
- Dias, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.



- Eco, Umberto. *A obra aberta*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2008.
- FAUSTO, BORIS, 1930 . O trabalhador urbano e o conflito social na República oligárquica :1890-1920. SP: 1975. (livre-docência). Movimento trabalhista- Brasil- 1890-1920.
- FICHER, SYLVIA . Ensino e profissão: o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo. SP, 1989. 2v. (Doutorado) Vanzolini, Paulo Emílio, or.
- FREHSE, FRAYA . Entre o passado e o presente, entre a casa e a rua: tempos e espaços na cidade de São Paulo de fins do Império. SP, 1999 196p.+ anexos. (Mestrado) Schwarcz, Lilia Moritz, 1957-, or.
- Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado de desenvolvimento urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- Gadamer, Hans Georg. *Verdade e Método*.
- Gombrich, E. H. *Arte e Ilusão – um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GONÇALVES, MARIA FLORA. . As engrenagens da locomotiva: ensaio sobre a formação urbana paulista. Campinas, IFCH, 1998. 339P. (Doutorado). Or. Faria, Vilmar Evangelista.
- GRANGEIRO, CÂNDIDO DOMINGOS. As artes de um negócio: a febre photographica em São Paulo, 1862-1886. Campinas, IFCH, 1993. 268p. (Mestrado). Or.: Maria Clementina Pereira Cunha.
- Homem, Maria Cecília Naclerio. *O Palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira, 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- Katinsky, Julio Roberto. *Um guia para a história da técnica no Brasil colônia*.
- KOSSOY, BORIS . Militão Augusto de Azevedo e a documentação fotográfica de São Paulo: 1862-1887 recuperação da cena paulistana através da fotografia. SP, 1978.
- LEFÉVRE, HENRIQUE NEVES. *Influência da Legislação urbanística sobre a estruturação das cidades: aplicação especial ao caso da cidade de São Paulo*. SP, 1951. 77p. ENGENHARIA-MACKENZIE
- LEITE, SYLVIA HELENA TELAROLLI DE ALMEIDA . *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas, rigalejos: a caricatura na literatura paulista 1900/1920*. SP, 1992. 290p. (Doutorado) Brandão, Roberto de Oliveira, or.
- Leme, Iracy Squillaro Abranches. *Os espaços livres de uso público no centro da cidade de São Paulo*.

- Lemos, Carlos Alberto Cerqueira. *Terra, taipa, tijolo e especulação*. São Paulo 450 – folha de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *História da casa brasileira*.
- \_\_\_\_\_. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo, tese de livre-docência. FAU-USP, 1983.
- Lepetit, Bernard – *É possível uma hermenêutica urbana?* In Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001
- LÉRIAS, REINERO ANTONIO . O encilhamento e a Cidade de São Paulo, 1890-1891. SP, 1988. 375p. (Mestrado) Glezer, Raquel, or.
- \_\_\_\_\_. O governo provisório e o encilhamento: história, historiografia e o caso da cidade de São Paulo. SP, 1998. 210p. (Doutorado) Glezer, Raquel, or.
- LIMA, SOLANGE FERRAZ DE . São Paulo na virada do século: as imagens da razão urbana, a cidade nos álbuns fotográficos de 1887-1919. SP, 1995. 264p. (Mestrado) Meneses, Ulpiano Toledo Bezerra de, or.
- LOFEGO, SILVIO LUIZ. História e tradições da cidade de São Paulo: memória de uma metrópole. Estudo sobre a narrativa memorialista de Ernani da Silva Bruno. Assis, 1996. 174p. (Mestrado). Or. Antonio Celso Ferreira.
- Machado, Alcântara. *Vida e Morte do bandeirante*.
- Marins, Paulo César Garcez. *Através da Rótula; sociedade e arquitetura no Brasil, século XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.
- Mawe, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978
- MELLO, ZÉLIA MARIA CARDOSO DE. São Paulo, 1845-1895: metamorfoses da riqueza: contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista a economia exportadora capitalista. SP, 1981. 224p. (Doutorado) Canabrava, Alice Piffer, or.
- Moraes Dantas. *Taipa, tijolo e concreto, s/a, construtora*.
- MORAES, CARMEM SYLVIA VIDIGAL . Socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo, 1873 a 1934. SP, 1990. 302p. (Doutorado) Sallum Júnior, Brasília João, or.
- MORENO, TANIA MARIA B. A Ordem Terceira do Carmo na cidade de São Paulo: 1860-1880, um estudo sobre a sua participação social e religiosa. SP, PUC1992. 101p. (Mestrado). Or. Avelino, Yvone.

- MOURA, ESMERALDA BLANCO BOLSANARO . O Acidente do trabalho em São Paulo (1890/1919). SP, 1985. 205p. (Doutorado) Petrone, Maria Thereza Shorer, or.
- MUNHÓS, WILSON TOLEDO . Contratos, salários e paternalismo: o trabalho forçado em São Paulo na segunda metade do século XIX. SP, 1997. 195p. (Doutorado) Saliba, Elias Thomé, or.
- MUNHOZ, SIDNEI JOSÉ . Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo, no limiar do século XX. SP, 1997. 291p. (Doutorado) Moura, Esmeralda Blanco Bolsonaro de, or.
- NAGAMINI, MARILDA . Contribuições para a história da construção em São Paulo: o ensino e a pesquisa. SP, 1999. 235p. (Doutorado) Motoyama, Shozo, or.
- NOZOE, NELSON HIDEKI. A Estrutura Tributária e as Atividades Econômicas na Capital Paulista. SP: 1983. 318p. (Doutorado). Or. Canabrava, Alice P.
- NOZOE, NELSON HIDEKI. São Paulo: economia cafeeira e urbanização. Estudo da estrutura tributária e das atividades econômicas na capital paulista: 1889-1933. SP: 1984. 234p. (Livre Docência)
- Oliveira, João Gualberto de. *Nascimento da imprensa Paulista*. São Paulo, 1978. Ordem dos velhos jornalistas de São Paulo
- Oliveira, M. Luiza F. de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiências da urbanização. São Paulo 1850-1900*. São Paulo: Alameda, 2005.
- Pareyson, Luigi . *Verdade e Interpretação*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2005
- PEREIRA, PAULO CÉSAR XAVIER . Questão da construção: urbanização e industrialização em São Paulo, 1872-1914. SP, 1990. 302p. (Doutorado) Kowarick, Lúcio Félix Frederico, or.
- Pereira, Paulo César Xavier. *A modernização de São Paulo no final do século XIX- da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos*.
- PINTO, MARIA INEZ MACHADO BORGES . Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador na cidade de São Paulo 1890-1914. SP, 1985. 303p. (Doutorado) Dias, Maria Odila Leite da Silva, or.
- REZENDE, ELIANA ALMEIDA DE SOUZA. Alquimia sedutora substanciada em imagem: a crônica fotográfica de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. SP: PUC1996. 188p. (Mestrado). Or. Khoury, Yara Maria Aun. (Revistas ilustradas e álbuns de família)
- Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia Letras, 1995.

- Saia, Luís. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay*. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.
- Sant'Anna, Nuto. *São Paulo Histórico, Aspectos e Lendas e Costumes*. São Paulo, Departamento de Cultura, vol. IV, 1944.
- SANTOS, CARLOS JOSE FERREIRA DOS. A população pobre nacional na cidade de São Paulo: virada do século: 1890/1915. SP, PUC1995. 263p. (Mestrado). Or. Antonacci, Maria Antonieta Martines.
- Sarlo, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007
- Schmidt, Carlos Borges. *Construções de taipa*, monografia FAU-USP.
- Schulz, John. A crise financeira da abolição:1875-1901. São Paulo: Edusp, Institutp Fernand Braudel, 1996.
- Siriani, Silvia Cristina Lambert. Uma São Paulo alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- SOUZA, LUÍS ANTÔNIO FRANCISCO DE . Poder de polícia, polícia civil e práticas policiais na cidade de São Paulo (1889-1930). SP, 1998. 2v.+ anexos. (Doutorado) Augusto, Maria Helena Oliva, or.
- SOUZA, LUÍS ANTONIO FRANCISCO DE . São Paulo, polícia urbana e ordem disciplinar: a Polícia Civil e a ordem social na Primeira República. SP, 1992. 286p. (Mestrado) Augusto, Maria Helena Oliva, or.
- SPINDEL, CHEYWA ROJZA . A Hegemonia do café e as mudanças nas relações sociais de produção: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo. SP, 1978. 278p. (Doutorado)
- TAUBE, MARIA JOSÉ DE MATTOS. De Migrantes a Favelados: estudo de um processo migratório. Campinas, IFCH, 1986. 2vol. (Mestrado). Or.
- TELAROLLI, RODOLPHO (1933). A Organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na primeira republica. SP, 1981. 2v. (Doutorado) Wright, Antonia Fernanda Pacca de Almeida, or.
- TESSITORE, VIVIANE (1952) . Fontes da riqueza pública: tributos e administração tributária na Província de São Paulo (1832-1892) SP, 1995. 395p. (Mestrado) Camargo, Ana Maria de Almeida, or.

- Thompson, Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Toledo, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*, São Paulo: Cosic & Naif, 3ª Ed.
- Vauthier, Louis Léger. *Casas de residência no Brasil* In *Arquitetura Civil I*, São Paulo: FAUUSP-MEC-IPHAN, 1975.
- VEIGA, TANIA GERBI. *Trem, terra e trabalho: a São Paulo Railway*. SP, PUC1991. 186p. (Mestrado). Or. Fraga, Estefânia.
- VIEIRA, Dorival Teixeira, "A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro", *Revista de Administração*, São Paulo, junho de 1947
- Williams, Raymond. *Campo e Cidade*. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)